

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA**  
**DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA**  
**DE 28 DE ABRIL DE 2017**

**N.º 2/2017**

**DATA:** Vinte e oito de abril do ano de dois mil e dezassete.-----

**HORA:** Dezanove horas e quinze minutos.-----

**LOCAL:** Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

**O PRESIDENTE:** Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite (CDS/PP); -----

**1º SECRETÁRIO:** Eng.º Jorge Manuel dos Santos Silva (CDS/PP);-----

**2º SECRETÁRIO:** Susana Maria da Cruz Tavares Ferreira (CDS/PP);-----

- Enf.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP);-----

- José do Nascimento Peres (CDS/PP);-----

- Dr. José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----

- Dra. Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra (CDS/PP);-----

- Joaquim Orlando de Sousa Moreira de Paiva (CDS/PP);-----

- Albano de Oliveira Braga (CDS/PP); -----

- Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho (PPD/PSD);-----

- Dr. António Fernando de Pina Marques (PPD/PSD), que chegou mais tarde conforme oportunamente se faz referência;-----

- Dra. Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado (PPD/PSD);-----

- Dr. Carlos Alberto de Sousa Matos (PPD/PSD);-----

- Dra. Célia Maria dos Santos Tavares (PPD/PSD);-----

- Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro (PPD/PSD);-----

- Eng.º Filipe Pascoal da Silva Fernandes (PPD/PSD);-----

2017.04.28

- Serafim Rodrigues (PPD/PSD);-----
  - Eng.º Afonso da Silva Almeida (PS); -----
  - Eng.º João Manuel Mateus Lameiras (PS), que chegou mais tarde, conforme oportunamente se faz referência.-----
  - Dra. Teresa Maria Moreira Gonçalves (PS);-----
  - PPD/PSD – Carlos Tavares, em representação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Arões;-----
  - PPD/PSD – Rogério Brandão dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos;-----
  - CDS/PP - Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, que chegou mais tarde conforme oportunamente se faz referência;-----
  - PS - João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra;-----
  - CDS/PP - António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge;-----
  - CDS/PP – Abel de Pinho Soares, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões;-----
  - CDS/PP – Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos, em representação do Sr. Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho.--
- Faltou à sessão o Sr. Pedro Nuno de Magalhães Ribeiro (CDS/PP).-----**
- Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro e pela Lei número 75/2013, de 12 de Setembro,** esteve presente em representação da Câmara Municipal, o seu Presidente, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Estiveram também presentes as vereadoras em regime de permanência Eng.<sup>a</sup> Maria Catarina Lopes

2017.04.28

Paiva e Dr.<sup>a</sup> Daniela Sofia Paiva da Silva e ainda o vereador em regime de não permanência Dr. Nelson da Silva Martins.-----

**- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

**VOTOS DE PESAR APROVADOS:-----**

- **A Assembleia Municipal** aprovou, por unanimidade dos vinte e quatro membros presentes, por proposta da Bancada do PS, um voto de pesar pelo falecimento da Sr.<sup>a</sup> D. Maria Carolina de Almeida, mãe de Jesus Tavares da Silva e de João Pedro Bastos Silva, antigo vereador e membros da Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista.-----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite**, começou por informar que:-----

- por comunicação de 27 de abril de 2017, o Sr. Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho (Entrada n.º 66, de 27.04.2017) informou que se fará representar na sessão pelo Dr. Almerindo Tavares da Costa Santos;-----

- por comunicação de 27 de abril de 2017, o Sr. Presidente Junta de Freguesia de Arões (Entrada n.º 67, de 27.04.2017) informou que se fará representar na sessão pelo Sr. Carlos Tavares, Secretário e seu representante legal.-----

**O Senhor Presidente da Assembleia** disponibilizou a **correspondência recebida** no período compreendido entre a última sessão (24 de fevereiro de 2017) e a presente data. A Assembleia Municipal tomou conhecimento, ficando os documentos referidos arquivados na pasta "Correspondência recebida".-----

**Chegou à sessão o Sr. Eng.º João Manuel Mateus Lameiras.-----**

**- APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2017: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins**

2017.04.28

**de Almeida Leite** perguntou se haviam retificações a fazer à proposta da ata, o que não se veio a verificar.-----

**A Assembleia Municipal** deliberou aprovar a ata da sessão ordinária de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezassete, por maioria de vinte e três votos a favor e duas abstenções, do Sr. Carlos Tavares e Dr. Almerindo da Costa Tavares da Costa dos Santos, por não terem participado na sessão.-----

**Dada a palavra ao Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida**, este, após cumprimentar os presentes, fez referência a alguns fatores que achou relevantes na vida do concelho e que ocorreram após a última sessão da Assembleia. -----

**Começou por falar das Comemorações do 25 de abril**, cuja iniciativa e organização foram da responsabilidade da Assembleia Municipal, afirmando que o Sr. Presidente da Assembleia teve uma feliz ideia e também teve muito sucesso na sua organização. -----

Salientou um ato inovador, disse. Normalmente as Assembleias Municipais são vistas como fóruns municipais, que ficam fechados entre quatro paredes, apenas como um órgão deliberativo e, frisou que de facto, durante este mandato o Presidente da Assembleia tem feito com que a Assembleia Municipal se abra à população e tenha maior visibilidade entre os cambrenses.-----

Mais uma vez, este ano, os motivos que foram focados na apresentação do tema 25 de Abril, relacionaram-se com três fatores fundamentais: discutiu-se história, trabalhou-se com criatividade e apelou-se à juventude. Três aspetos fundamentais que o 25 de Abril legou a todos, deixando, por isso, as suas felicitações por mais esta organização.-----

**De seguida referiu-se ao 2.º Prémio do Concurso de Literacia Financeira** que um grupo de alunos do Agrupamento da Escolas do Búzio, brilhantemente

2017.04.28

conquistou. O ensino da literacia financeira tem sido uma recomendação de instituições europeias e também instituições nacionais e é considerada uma das boas práticas para as Instituições de ensino. Perceber o custo do dinheiro, os seus caminhos transacionais e a bipolaridade entre a poupança e o consumo são fatores fundamentais. Este ensino, principalmente após a crise financeira que assolou o mundo em 2008, tem sido considerado importante, para que os mais jovens transmitam esse conhecimento nas suas famílias, às gerações mais velhas, pois como diria Esopo, “ninguém é tão grande que não possa aprender nem tão pequeno que não possa ensinar”. Julga que o prémio conseguido pelos alunos de Vale de Cambra é uma prova bem clara de que no concelho de Vale de Cambra não só se forma para a vida académica e para a vida profissional, mas também se educa para a cidadania, parabenizando o grupo de jovens e o Agrupamento de Escolas do Búzio. -----

**Um terceiro ponto ao qual se referiu foi a criação de vários percursos pedestres** que têm sido lançados pela Câmara Municipal, estando para ser lançado neste sábado mais um. Afirmou que é daqueles que acha que o turismo não é uma atividade estratégica no concelho e, se não lhe provarem o contrário, mantém essa ideia. É de opinião que a atividade que gera mais riqueza no concelho é a atividade industrial, conforme se irá verificar nas Contas, pela participação da Câmara Municipal no IRS de 2016, pois se se fizerem as contas, conclui-se que o IRS que foi gerado pelos residentes do concelho, no ano passado, ultrapassou os quinze milhões de euros, prova da grande riqueza que aqui é distribuída. Contudo, não sendo uma atividade fundamental, o turismo é uma atividade acessória que deve ser aproveitada, especialmente desta forma que vai de encontro às zonas mais periféricas do concelho. Considera ser desafiante para o executivo municipal, porque se aproxima uma segunda fase em

2017.04.28

que é preciso rentabilizar as infraestruturas; é preciso ir mais além; é preciso que esta paisagem bucólica e rural se transforme em autênticos presépios encantados, que se vêm nessas viagens, e de santuários sagrados, em ativos económicos. É esse o desafio que deixa ao executivo municipal.-----

**Numa última nota, referiu-se às comemorações do sexagésimo aniversário da Fundação Luiz Bernardo de Almeida** que ocorreu no passado mês de março. Ninguém duvida que esta instituição tenha uma importância fundamental em toda a rede social que existe no concelho, tendo concebido um apoio de excelência tanto aos mais idosos como aos mais jovens. A Fundação, tal como outras, tem ido mais além deste apoio social para o qual foi criada, tendo esta uma importância decisiva na economia social do concelho, empregando mais de cento e trinta pessoas, desenvolvendo uma atividade de agro-negócio e além disso uma atividade de turismo rural, ou seja, diversifica atividades criando outras fontes de receita, o que lhe dá mais autonomia, não se ficando pelas receitas transferidas do Estado. Acha que o brilho e o exemplo que a fundação deu ao longo de sessenta anos corresponde ao trabalho laborioso desempenhado pelos seus dirigentes e colaboradores, deixando uma homenagem a essas pessoas e também, na pessoa de dois ex-dirigentes da Fundação Luíz Bernardo de Almeida, colegas da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Augusto Carvalho e Eng.º Afonso Almeida e ainda na presença de um atual administrador, Sr. Joaquim Paiva.-----

Falar da Fundação Luíz Bernardo de Almeida é também falar do Comendador, que foi uma figura incontornável do concelho, nascido em Macieira de Cambra, foi para o Brasil e teve a sorte, o talento e o trabalho para ganhar fortuna e foi aquilo a que chamam, um brasileiro que retorna viagem, que regressou e aplicou em Vale de Cambra, uma parte substancial desta riqueza. Sessenta anos comemorados. Que votos fazer para o futuro? Os votos que poderemos fazer

2017.04.28

para o futuro da Fundação Luíz Bernardo de Almeida e de todas as instituições do concelho, é aquilo que julga ser o lema de Luíz Bernardo de Almeida: Progresso. Isto porque, quando foi para o Brasil criou uma empresa a que chamou Fábrica Progresso; quando regressou criou uma empresa de transportes coletivos, que chamou Transportes Progresso; criou uma farmácia para apoiar com medicamentos, os mais pobres, a que chamou de Farmácia Progresso; e até a casa onde habitou, ficou com o nome de Quinta Progresso. Se o progresso era o ideal que estava na mente deste homem, que seja também este o futuro desta instituição que comemorou sessenta anos e que seja também o de outras IPSS do concelho. -----

**Interveio o Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro** que, após cumprimentar os presentes, referiu que ouviu com atenção a anterior intervenção e subscreve tudo, designadamente o que se refere ao turismo, achando que é agradável, os turistas verem uma terra bonita; contudo, lamenta que os sucessivos executivos camarários não tenham ampliado a rede de saneamento básico, que é básico e o abastecimento público de água, pois continua a ser grande, a área do concelho sem essas infraestruturas.-----

Há locais que têm condições naturais e especiais para o turismo e que dão prazer a quem os visita, mas as pessoas que lá vivem não possuem saneamento básico e abastecimento público de água. -----

Reiterando o já dito, disse que se aproxima o fim de mais um dos muitos mandatos e a situação permanece praticamente igual, lançando um repto ao atual e ao futuro executivo, para que de uma vez por todas, Vale de Cambra se possa ombrear com outras localidades, como Arouca, cuja população residente em locais fronteiriços a este município, é servida por essas infraestruturas, o que considera uma coisa peculiar, curiosa e negativa. -----

2017.04.28

Está certo que esta reivindicação nem sequer precisa de uma auscultação da população, que assina, certamente, em baixo, porque turismo sim, mas os turistas vêm e vão e a população fica, como que a “penar” por não poder usufruir dessas redes básicas. -----

**Chegou à sessão o Sr. Henrique Martins Pereira.**-----

**Interveio o Sr. D. Manuel Augusto de Bastos Carvalho** que, após cumprimentar os presentes, agradeceu as palavras do Dr. José Soares sobre a Fundação Luíz Bernardo de Almeida, à qual teve a honra de presidir. É uma instituição com uma força extraordinária, fundamental para a coesão social do Município. A Fundação Luíz Bernardo de Almeida e todas elas, da mesma e igual importância, dão segurança relativamente à coesão económica e social. Deixou uma palavra de louvor à Fundação na celebração daquele aniversário.-----

Sobre o 25 de abril, quarenta anos passados, disse que, embora tenha sempre empunhado a Bandeira do Município, não pode deixar de lembrar o Dr. Mário Soares, recentemente desaparecido, como um dos pilares da democracia ou da república estado de direito que existe hoje, e até, também, à possibilidade que existe hoje, porque é a partir dele e da Constituição da República Portuguesa que passou a existir o Poder Local Democrático. Nas comemorações do Município de Vale de Cambra, em que teve a honra de estar presente a convite do Presidente da Assembleia, que agradeceu, disse que não pode deixar de lhe dar os parabéns pela iniciativa, pelo roteiro de memórias de Vale de Cambra; são sítios que lhe dizem muito porque os vê, e por isso agradeceu o patrocínio que deu a essa grande ideia, e ao mesmo tempo pediu-lhe encarecidamente que esses locais de grande memória fossem preservados; devem ser pertença do Município tal como se fez há anos com o monte dos riscos, que hoje é pertença do Município. Era preciso que esses sítios fossem do Município para poderem ser preservados,

2017.04.28

pedindo um esforço no sentido da sua concretização, pois que lhe dói muito saber, o que inclusive viu fazer no Castro da Póvoa dos Chões, de Carvalhal do Chão ou de Chão do Carvalho, como quiserem; tinha, há cerca de vinte anos, uma muralha bem visível, construída, via-se o paredão, e hoje é um amontoado de pedras porque as pessoas continuam a malhar na pedra, como disse a D. Irene, à procura do ouro, e aquilo está cada vez mais destruído. E aconteceu um facto ainda mais lamentável – a EDP instalou um poste de alta tensão muito perto, contra a vontade da Câmara Municipal da altura, que inclusivamente alertou o IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico) para aquela situação e quando o subempreiteiro da EDP foi colocar o poste de média tensão, e não de alta tensão, o que fez foi pegar nas pedras da muralha com uma retro-escavadora e utilizou-as para fazer a estrada, para construir o poste. Estas coisas são impossíveis, a Câmara enviou para o IPPAR e para todos os lados, o seu protesto, mas a verdade é que isso aconteceu. Isso só pode deixar de acontecer quando os lugares possam ser preservados e depois divulgados, porque divulgados sem ser preservados, assiste-se à destruição. Pediu ao Sr. Presidente que fizesse os seus bons ofícios sobre isso.-----

Sobre os Autarcas de Vale de Cambra depois do 25 de abril, quis dizer que, toda a gente que esteve nas Juntas de Freguesia, que estão nas Freguesias, nas Assembleias de Freguesia, na Câmara e todos aqueles que já partiram, foram todos os que os trouxeram ali, pelo que pediu um grande aplauso para todos estes que sempre trabalharam por Vale de Cambra. Os presentes aplaudiram.---

Agradeceu ao Sr. Presidente da Assembleia as respostas que o Sr. Presidente da Câmara lhe enviou e nas quais o seu nome é citado e bem citado; foi para si uma honra lá estar. Por isso, entendeu obrigatório fazer uma intervenção que entende como obrigatória: No mandato 2006-2009, era então presidente o Eng.º José

2017.04.28

António Bastos da Silva, (eram vereadores, e pede desculpa porque não se lembrar de todos de memória, mas se não estiveram poderão dizer, eu não estive) e eram vereadores, ele próprio, com delegação de competências de Vice-Presidente, o Dr. António Alberto de Almeida Matos Gomes, a Dr.<sup>a</sup> Célia Maria dos Santos Tavares, o Eng.<sup>o</sup> José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, entre outros, e pede desculpa porque não se recorda dos seus nomes. Como grande momento daquele mandato foi aprovado, por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal, a constituição de uma empresa que construísse um parque subterrâneo e o parque Comendador Álvaro Pinho da Costa Leite e Ágora, construção de novas áreas de estacionamento e beneficiação dos espaços existentes à superfície. O contrato foi assinado por si, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara, por incompatibilidade do Sr. Presidente da Câmara, presente no ato na qualidade de Presidente do Conselho de Administração. Os ecos do funcionamento da empresa que chegaram à Assembleia Municipal a que presidia, não eram tranquilizadores e, em junho de 2013 é submetida à apreciação da Assembleia Municipal uma proposta da Câmara que previa a extinção da VCP, Vale de Cambra Parque, através de um acordo estabelecido com o Parceiro Privado, no valor de 5 milhões e 500 mil euros. Para o pagamento desta quantia era necessário pedir um empréstimo e obter visto/autorização do Tribunal de Contas. Para minimizar o impacto deste empréstimo no orçamento da Câmara, candidatar-se-ia o parque de superfície Comendador Álvaro Pinho da Costa Leite e o Ágora a fundos comunitários. Esta proposta foi aprovada na Assembleia Municipal de junho de 2013 e nunca foi revogada. Embora nunca tenha estado ligado à gestão da VCP – Vale de Cambra Parque, nem ao acordo de cinco milhões de euros, disse que está a tudo ligado pelo voto e pelo entusiasmo com que o acolheu. Em 2013, novos autarcas, que saúdo, e novos

2017.04.28

tempos e novas vontades; neste mandato, às questões levantadas sobre a VCP, o Sr. Presidente da Câmara, José Pinheiro, respondia que tudo corria bem e quando se perguntava, quando se fazia uma obra, ele dizia que não podia fazer nada por causa dos cinco milhões e meio de euros, de dívida do Parque de estacionamento, e cumpriu. Em 2017, surge, anunciado pelo Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimo Sr. Eng.º Rui Leite e pelo Sr. Dr. José Soares, membro da Assembleia Municipal, uma sentença do Tribunal Arbitral a fixar o preço da extinção da VCP Vale de Cambra Parques em sete milhões e quinhentos mil euros. Foi um espanto por diversas razões: -----

1.º Porque tudo foi feito à rebelia da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal e sem revogar deliberações anteriores, uma traição ao bom e transparente funcionamento entre órgãos autárquicos. -----

2.º Sete milhões e quinhentos mil euros até pode ser um custo justo, a verdade é que torna o acordo de cinco milhões e quinhentos mil euros um excelente negócio que foi desperdiçado pela Câmara Municipal atual. -----

3.º A sentença do Tribunal Arbitral dá como não provada a existência de um visto do Tribunal de Contas, autorização não visada que impedia o empréstimo de cinco milhões e quinhentos mil euros para a boa execução da deliberação da Assembleia Municipal de junho de 2013. Instada a Câmara Municipal através de requerimento, descobre-se que o Sr. Presidente não pediu o Visto do Tribunal de Contas, escondeu a decisão da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, não cumpriu as deliberações anteriores e transformou a não-existência deste visto na maior mentira que foi criada depois do 25 de abril em Vale de Cambra. Esta mentira passou na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal e chegou ao Tribunal Arbitral onde finalmente foi desmascarada, mas criou, entretanto, as maiores suspeições sobre os autarcas de Vale de Cambra.-----

2017.04.28

Terminou dizendo apenas duas linhas sobre a resposta do Sr. Presidente da Câmara que o Sr. Presidente da Assembleia teve a amabilidade de enviar aos membros da Assembleia Municipal. Da sua leitura, depreende-se que o Sr. Presidente da Câmara entrou neste processo sem garantias de sucesso, nem os seus advogados acreditavam nesta aventura; a não ser que possamos pensar que ao Sr. Presidente convinha, que processo corresse o pior possível porque os bodes expiatórios estavam encontrados: os autarcas anteriores.-----

Deu ao Sr. Presidente da Assembleia, com o seu pedido de desculpas, para que fique anexo à ata, a sentença do Tribunal Arbitral e o documento do Tribunal de Contas que prova que não foi pedido nenhum visto. -----

**Respondendo, o Sr. Presidente da Assembleia** disse que tem acompanhado o processo e, porque o seu nome foi mencionado na intervenção, acrescentou que reitera o já referido sobre a situação financeira do município, ou seja, na altura este não tinha capacidade de endividamento para fazer face à despesa de cinco milhões e meio de euros, por muito que digam, por muito que venham contar histórias do capuchinho vermelho, o município não tinha capacidade de endividamento; todas as diligências foram feitas e foi disponibilizada toda a informação pertinente. Quanto à acusação da atuação do executivo ter sido feita à revelia da Assembleia Municipal, disse que será pedida informação jurídica sobre a questão, para que não fossem feitas falsas afirmações. -----

**De seguida deu a palavra ao Dr. José António Abrantes Soares de Almeida** que, tendo sido citado pelo Sr. Dr. Manuel Augusto Carvalho, por ter dado uma informação numa anterior sessão da Assembleia Municipal, relativa ao Acórdão do Tribunal Arbitral, declarou que teve acesso ao documento ao mesmo tempo que todos os restantes membros. -----

2017.04.28

**Suspendendo a intervenção do Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal** confirmou a declaração e acrescentou que assim que recebeu o Acórdão do Tribunal, considerando-o matéria relevante para todos os membros da Assembleia, deu ordem para a sua distribuição por todos os membros, antes de iniciar os trabalhos da sessão. Nessa sessão e conforme gravação que o comprova, o Dr. Reinaldo pediu a discussão do assunto numa sessão posterior. O Sr. Presidente comparou este desentendimento ao então ocorrido com o entendimento do que é uma dívida contingente, apelando à seriedade, quando se tratam de assuntos em prol do concelho. Referiu-se também ao ambiente jocoso vivido no Salão Nobre quando se falou da dívida contingente, comparando a situação, à vivida por Galileu aquando do julgamento feito pela inquisição. -----

**Referiu** que foi acusado de “amordaçar” a Assembleia, tendo, quem o disse, desmentido as afirmações feitas há duas ou três sessões, pelo que, nesta questão, vai ter a mesma consideração que teve na altura das acusações referidas. -----

**Retomando a palavra, o Dr. José António Abrantes Soares de Almeida** admite que haja dificuldade em entender o que é uma dívida contingente, mas acredita que daqui a menos de uma geração, os futuros membros da Assembleia Municipal não terão essa dificuldade porque felizmente os alunos do 8.º ano ganharam o concurso de literacia financeira, afirmando que é importante que as gerações mais novas ensinem as gerações mais velhas, porque nunca somos novos para ensinar nem nunca somos velhos para aprender.-----

Relativamente ao problema do endividamento, colocou à disposição dos restantes membros, as contas de 2013, nas quais se pode verificar o excesso de endividamento e a impossibilidade de encaixe da referida dívida. -----

2017.04.28

**Dada a palavra ao Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho**, este afirmou que nunca proferiu a palavra “amordaçado” no sentido que o Sr. Presidente da Assembleia o interpretou, mas sim, no sentido de que, a decisão poderia ser interpretada como um “amordaçar da Assembleia”, conforme texto escrito que entregou. -----

**Suspendendo a intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal** frisou ao Sr. Dr. Manuel Augusto, que este não pode dizer agora o que quer, porque estava escrito em ata, não podendo este vir agora dizer o que lhe apetece. -----

**Retomando a palavra, o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho** disse que tinha escrito num papel três condições e numa escreveu que a decisão poderia ser interpretada como um “amordaçar da Assembleia”, e por isso, em tempo, retificou o texto.-----

Relativamente ao documento que lhe foi entregue sobre um pedido de visto do Tribunal de Contas, que não foi pedido, admite que não está a exagerar porque está escrito. As considerações feitas sobre as respostas do Sr. Presidente da Câmara estão relacionadas com a informação que este teve a amabilidade de lhe enviar. Quanto aos mensageiros do Acórdão, referiu que mencionou o Presidente da Assembleia pelo seu bom trabalho ao ter distribuído o documento, lembrando que a sua bancada e a do PS pediram a sua discussão num ponto agendado; contudo, disse que, se o Dr. José Soares não teve conhecimento antes dos restantes elementos da Assembleia, lhe pede desculpa pela dedução feita aquando da sua intervenção na altura. -----

**O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Dr. Carlos Alberto de Sousa Matos** que, após cumprimentar os presentes, e no seguimento do que foi dito sobre Luíz Bernardo de Almeida, pediu para partilhar uma pequena história contada pelo seu avô: “Quando este era pequenino, uma vez estava em Vale de

2017.04.28

Cambra e chegou um senhor com um cavalo pomposo que ele não sabia quem era e perguntou ao seu avô, (que era pequenino): Sabes quem eu sou? Não. E lá lhe explicou. E depois disse-lhe: Tu não vás para o Brasil que eu trouxe o dinheiro todo.” Após a história que referiu, ser de homenagem aquele senhor, **o Sr. Dr. Carlos Matos continuou a sua intervenção** referindo-se às três obras de misericórdia “Dar de comer a quem tem fome”, “ Dar de beber a quem tem sede” e “ vestir os nus”. Foram estes os ideais de proteção social e princípios evangélicos da doutrina social da igreja, defender os mais débeis e frágeis, crianças, idosos, doentes e excluídos da sociedade, que motivaram o, então, Pároco de Arões e Padre Nuno Santos e atual Bispo Auxiliar de Braga, com a ajuda de movimentos de Arões, Escuteiros e Associação de Guias de Portugal ramo de Arões outras associações e muitos leigos Aroenses, na aquisição de uma carrinha de apoio à sociedade local. Foi um primeiro esboço. No dia 13 de junho de 89 deu-se início à criação dos estatutos; a 12 de julho de 1989, os estatutos tiveram a sua aprovação final pelo Bispo de Viseu e foram publicados no Diário da República em 14 de março de 90; a primeira instituição paroquial de solidariedade social a ser criada neste concelho de Vale de Cambra e na diocese de Viseu, um dos primeiros do distrito de Aveiro. Desde a sua fundação que a inspiração nas obras de misericórdia tem sido a sua prática nos vários serviços prestados a tantas pessoas, dentro e fora da freguesia, pequenos e grandes milagres foram realizados. Desde o início, deu-se conta que para que a sua ação fosse eficaz devido ao aumento da procura, seria lançar um espaço físico condigno dado que as instalações do Centro Social Paroquial na altura não correspondia na totalidade à ação da sua missão. Logo se sonhou com um novo edifício e apesar de tantas contrariedades locais, concelhias e até nacionais, as gentes de Arões, os sucessivos párocos e diferentes direções tornaram essa ideia

2017.04.28

num extraordinário desafio, não mais desanimaram, não cruzaram os braços, mas pelo contrário foi essa a motivação para trabalharem arduamente, bateram às portas, apelando à generosidade à partilha dos seus bens materiais. Tudo isto contribuiu para que em julho de 2014 fosse iniciada a obra das instalações por conta e risco com um bom pé-de-meia, resultante das poupanças e da boa gestão tendo como esperança a concretização da obra. Assim sendo, em 2013, esta instituição presidida pelo então Reverendo Padre Eurico Sousa iniciou os procedimentos referentes à abertura do concurso limitado por prévia qualificação, publicado em Diário da República a 7 de agosto de 2013. Posteriormente com a colaboração do Dr. Pedro Almeida que, a título pessoal, ajudou muito a direção da altura nos procedimentos concursais atrás referidos e recebeu apoio jurídico até à sua conclusão, tendo esse apoio sido dado por alguém que pretendeu ficar na descrição e que também colaborou nos procedimentos concursais para o material informático e para o material ortopédico. Após os trâmites legais terem sido cumpridos iniciou-se a obra em 11 de julho de 2014, tendo esta sido concluída a 30 de setembro de 2015, num valor total de investimento de cerca de um milhão de euros atribuídos após concurso público à empresa Marvoense. No decorrer da obra, a direção do Centro Social, Padre Eurico e os membros da direção, Teresa e Sérgio, aceitaram o desafio do Dr. Pedro Almeida para levar uma candidatura a Fundos Comunitários, no âmbito do *overbooking* do Quadro Comunitário anterior, proposta esta que foi de imediato aceite. Numa primeira fase foi contactado o então, Secretário de Desenvolvimento Regional, Dr. Castro Almeida para enquadrar a candidatura num aviso que foi conseguido. De imediato começou-se a elaborar a candidatura, com a ajuda de um amigo do Dr. Pedro Almeida, a título gratuito, que colaborou com a instituição para ajudar a elaborar a candidatura, disponibilizando-se este de imediato. -----

2017.04.28

Ao elaborar a candidatura começaram a surgir dificuldades, sendo a primeira delas a elaboração de um estudo económico-financeiro para verificar a sustentabilidade da mesma. Este estudo para ser realizado, tinha um custo de cinco mil euros, valor este significativo, razão pela qual, mais uma vez esse amigo ofereceu esse estudo, efetuando-o de forma gratuita. No decorrer da elaboração da candidatura foram necessários um conjunto de documentos da Segurança Social e nesse sentido mais uma vez, solicitou ao Dr. Rui Cruz, Diretor da Segurança Social de Aveiro, de então, o favor de rapidamente, tendo em conta o prazo de entrega da candidatura, fornecesse a documentação necessária à instrução da mesma, o qual se mostrou sempre disponível e respondeu em tempo útil ao solicitado. Após a submissão da candidatura na primeira fase de apresentações de candidaturas, a do Centro Social de Arões foi reprovada. Analisaram-se as razões, foram feitas correções e foi submetida a candidatura a uma segunda fase, tendo a mesma sido aprovada. Posteriormente as candidaturas foram classificadas de acordo com o mérito e dentro de cerca de quatrocentas e sessenta candidaturas, o Centro Social e Paroquial de Arões ficou dentro das vinte e cinco melhores. Tendo em conta a classificação de mérito, foi assinado o contrato de financiamento, máximo de sessenta por cento, condicionado à existência de verbas disponíveis em *overbooking* para um investimento elegível de cerca de um milhão e duzentos mil euros. Já com a nova direção presidida pelo Reverendo Padre Bento, foram desencadeados todos os procedimentos necessários para a emissão do alvará de utilização e consequente início de funcionamento das instalações do Centro Social de Arões. Finalmente em 22 de abril de 2017, Arões concretizou o seu sonho, tendo sido assinalada uma adenda ao contrato de financiamento garantindo uma comparticipação financeira do FEDER no valor de seiscentos e oitenta e dois mil quinhentos e

2017.04.28

sessenta e nove euros e noventa e cinco cêntimos, correspondendo a uma comparticipação de sessenta por cento. No ato da assinatura do contrato foi garantido pelo Dr. José Carlos Gomes, uma majoração de 15% da comparticipação financeira ascendendo aos oitocentos e cinquenta mil euros. Com esse financiamento, a instituição liquida os custos com a execução da referida obra assim como garante o financiamento para a realização da segunda fase da construção do Lar de Idosos e deste modo rentabilizando a infraestrutura e criando condições para a sua sustentabilidade. Esta foi uma das maiores candidaturas alguma vez feita por uma instituição de Vale de Cambra, sem qualquer ajuda financeira. É entendimento do Partido Social Democrática que execução das instalações do Centro Social de Arões, Centro de Dia e Apoio Domiciliário do Centro Social e Paroquial de Arões que ocorreu no mês de abril de 2016 é um facto digno de voto de louvor, aliás como já foi reconhecido por esta mesma Assembleia. Um voto de louvor que mais não foi do que o reconhecimento da força e do querer da comunidade paroquial de Arões e da comunidade civil daquela freguesia. Toda a comunidade concelhia deve orgulhar-se do feito realizado em Arões quer pelo alcance social da obra ali concretizada como pelo avolumado investimento envolvido na sua execução. Como evocou o Reverendo Padre Eurico, no seu discurso no ato inaugural, a realização do mandato de Cristo por ele sucessivamente evocado com citações bíblicas muito a preceito, contou com o generalizado contributo voluntário de vários cidadãos que se empenharam de novo e com competência na conceção do projeto, na elaboração de diversos estudos e na organização da submissão da candidatura aos fundos europeus que viabilizou financeiramente a construção daquele centro. Tal como o próprio Reverendo Padre Eurico fez questão de repetidamente sublinhar, o Dr. Pedro Almeida, com a colaboração de um conjunto de pessoas amigas, no exercício da

2017.04.28

sua cidadania participativa e socialmente solidária, subtraiu larguíssimas horas ao seu convívio familiar, prestando um apoio técnico à deliberação e à submissão da candidatura aos fundos europeus sem a qual aquele investimento não seria viável. -----

Uma comunidade contando apenas consigo própria e com o auxílio benemérito de alguns cidadãos e amigos avançou corajosamente para a concretização de um sonho, ombreando-se sem grandes apoios das instituições locais um investimento que ultrapassou a fasquia de um milhão de euros. -----

**Antes da intervenção seguinte, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal** frisou que apenas constará em ata, a intervenção do Sr. Dr. Manuel Augusto Carvalho que foi gravada, independentemente do que tenha escrito à posteriori.-

**Pedindo a palavra, o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho** referiu que sempre assumiu o que disse e fez, apesar do documento que escreveu, que nunca adulterou, solicitando que fique em ata o seu pedido de desculpas ao Sr. Dr. José Soares por se ter enganado, julgando ser, em termos democráticos, a procedimento a seguir dentro de uma Assembleia Municipal.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** acrescentou que a condução das Assembleias tem sido nesse sentido e, concordando com o proferido na primeira Assembleia, pelo Dr. Reinaldo, reafirmou que as atas deviam refletir o que se disse, sendo esta a linha que tem seguido até ao momento, ou seja, a reprodução textual do que é dito, para memória futura. -----

**Dando a palavra ao Sr. Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos,** este proferiu a seguinte intervenção: “Os meus cumprimentos a todos os presentes. Mesa da Assembleia, Câmara Municipal, ilustres deputados, funcionários de apoio, comunicação social e público presente.-----

2017.04.28

Esta é a última sessão desta Assembleia Municipal, mandato de 2013/2017, onde estarei presente.-----

As próximas terão a presença dos meus colegas Manuel Campos e Cristina Quintas.-----

Assim sendo, não quero deixar passar a oportunidade para fazer uma pequena intervenção:-----

**1.º** – O meu grande apreço e elogio a todos os trabalhadores da Câmara Municipal, com principal enfoque para aqueles que, de uma forma ou outra, deram o seu contributo no desenvolvimento das freguesias de Vila Chã, de Codal e de Vila Cova de Perrinho nestes últimos quatro anos, mostrando a sua competência e brio profissional, tantas vezes postos em causa pela opinião pública;-----

**2.º** – De uma maneira particular, quero aqui destacar a competência e a disponibilidade manifestadas no tratamento dos assuntos das três freguesias pelo Chefe de Gabinete do senhor Presidente da Câmara, Pedro Magalhães, muitas vezes fora do seu horário normal de trabalho e que, no fundo, foi o verdadeiro elo de ligação da Câmara Municipal com a Junta de Freguesia que aqui estou a representar, embora as Juntas de Freguesia não estejam na sua área de competência; -----

**3.º** – Na mesma linha particular, não podia também deixar passar em claro, o profissionalismo e competência demonstrados pelo encarregado geral, senhor Adão que, apesar das vicissitudes e falta de meios, foi conseguindo gerir as obras da responsabilidade da Câmara Municipal; -----

A todos, em nome da Junta de Freguesia e da população de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, o meu muito OBRIGADO; -----

2017.04.28

4.º – Aproveito para agradecer ao senhor Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, por ter honrado o compromisso que assumiu comigo e que foi a razão da minha candidatura em 2013, de concretizar o alargamento e respetiva pavimentação da Via na Rua Rossio/Pena, em Vila Cova de Perrinho, uma obra já agendada e prometida nos mandatos de 2005/2009 e 2009/2013, que esteve parada cerca de 8 (oito) anos. -----

Não nos podemos esquecer que os Termos de Cedência dos terrenos já foram assinados em 2008.-----

Mas como diz o ditado popular, mais vale tarde que nunca.-----

5.º – Por último, espero não ter ofendido ninguém nesta Assembleia aquando das minhas intervenções, porquanto foram eminentemente políticas e nunca pessoais. Saio com a cabeça levantada, com um sentimento de dever cumprido, pois empenhei o meu melhor na defesa da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho e das suas gentes.-----

Um Bem-Haja a todos.”-----

**Chegou à sessão o Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques.**-----

**Interveio o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida** que, após cumprimentar os presentes, agradeceu ao Sr. Presidente da mesa o envio das respostas às três perguntas efetuadas na Assembleia. -----

Disse, em nome da bancada do PS, que corrobora os quatro itens enaltecidos na intervenção feita pelo Sr. Dr. José Soares, de factos ocorridos no período entre as duas Assembleias. Em relação ao turismo, disse que esperavam muito mais, contudo era de enaltecer o já feito. Salientou e agradeceu as referências à Fundação Luíz Bernardo de Almeida, no que lhe dizia respeito, acrescentando que deu o seu melhor contributo e que o fez, somente, em prol dos outros, como é o seu lema. -----

2017.04.28

Disse que não o convenceu a resposta dada acerca do traçado das linhas separadoras da estrada ou rua que vai do centro de Vila Chã a Teamonde, lembrando que o Sr. Presidente tinha referido que o prolongamento até Teamonde seria um gasto desnecessário porque ainda faltava fazer o saneamento, que seria feito primeiro. Comentou que as linhas já pintadas ainda serão pintadas novamente sem que tenha sido feito prolongamento da rede de saneamento naquela via. Referiu que surge uma situação semelhante na rua que sai da Rotunda dos Lions e vai até à Formiga e St.<sup>a</sup> Cruz, onde as linhas divisórias foram efetuadas até à ponte do Rio Caima, apesar das tampas de saneamento aparecerem até à entrada da Formiga, não entendendo o porquê de não terem sido feitas as linhas divisórias desde a ponte até à Formiga. Indo para o interior as necessidades vão diminuindo, disse. -----

Relembrou que, há cerca de um ano foi sugerida a utilização dos painéis informativos para informação turística, tendo então sido apontada como uma ótima solução, mas que continua na mesma. -----

Na última intervenção da bancada do PS sobre o Centro Cívico de Rôge, o Sr. Presidente da Junta de Rôge disse que a verba para a sua recuperação já estava cabimentada mas constatou que foram feitos apenas uns pequenos “remendos”, não sendo solução porque o mal principal continua lá, como pode comprovar o Sr. Presidente da Junta de Rôge ali presente. Soube que o Sr. Presidente da Assembleia queria fazer uma sessão naquela freguesia, sugerindo que se os tacos do palco estiveram levantados, este coloca a mesa na parte inferior e corre a cortina e não se vê o que está atrás, não se deixando de fazer a assembleia em Rôge, por falta de condições. -----

Já foi levantado pela sua bancada a questão do Mercado Municipal e tem ideia de que já estava a ser dado seguimento ao problema levantado, contudo o tempo

2017.04.28

vai passando e as casas de banho estão um pouco escaqueiradas, mas pelo menos limpas, sugerindo o arranjo de umas instalações separadas para senhoras e para cavalheiros e, atribuir as chaves aos comerciantes instalados, para que somente estes e os clientes as pudessem usar enquanto o problema não se resolve. Quanto ao Largo da Feira, que considera ser um espaço a preservar porque é muito frequentado por pessoas do interior, sugeriu um novo visual porque existem pedras soltas e buracos, presumindo que os feirantes pagam o aluguer do espaço tendo direito a um espaço com mais dignidade. -----

Frisando que se aproxima o fim do mandato, perguntou, em valor aproximado, qual a extensão de saneamento público feito durante o atual mandato até agora, apesar de saber que estão para arrancar algumas obras. -----

Disse que, tendo em conta que o concelho de Vale de Cambra tem estradas de grande perigosidade, onde se dão alguns acidentes, foi abordada a questão da colocação dos rails de proteção, numa reunião do Conselho Municipal de Segurança e que, segundo o Sr. Presidente da Câmara, iria ser elaborado um estudo para dar prioridade àquelas que demonstrassem maior perigo porque, e concorda, no concelho todo seria uma obra que envolveria muito dinheiro. -----

**Intervindo, o Sr. Albano de Oliveira Braga** disse que entendia a posição política do Sr. Dr. Manuel Augusto Carvalho e pretendia acrescentar alguns factos para memória futura, relativamente ao assunto da VCP. Conforme consta das atas, foi dito há duas Assembleias atrás, pelo então presidente e agora vereador José Bastos, que o reequilíbrio financeiro era de duzentos mil euros por ano e, em três anos seriam seiscentos mil euros. Relembrou que na altura, houve uma deliberação de aceitar e pagar aquele valor do reequilíbrio, tendo sido votado em reunião de Câmara, por unanimidade, esse pagamento, perguntando porque é que o Sr. Presidente, de então, não pagou; porque é não cumpriu uma decisão

2017.04.28

tomada em reunião da Câmara. Se o tivesse feito, não se teriam perdido horas em discussão do assunto e em vinte cinco anos, estaria paga a módica quantia de cinco milhões de euros. Não havia problemas de endividamento, problemas de tesouraria, não havia nada. Voltou a perguntar porque é que o Presidente da altura não pagou o reequilíbrio financeiro e agora questionam decisões que foram ou não revogadas. Sobre deliberações revogadas ou não revogadas, questão ali muito debatida e que ainda não entendeu, informou que foi remetida pelo Tribunal de Contas ao anterior executivo uma carta a pôr em causa a estrutura acionista da VCP, pedindo a sua mudança que foi decidida numa reunião extraordinária da Câmara Municipal, num dos pontos da Ordem de Trabalhos, tendo, na Assembleia Municipal, sido votada por unanimidade, mas que a senhora Câmara não cumpriu. Mandou ao Tribunal de Contas a fotocópia da ata da alteração da estrutura que nunca foi mudada. Portanto, houve decisões que não foram cumpridas. E para que fique para memória futura, tal como está escrito numa ata de reunião de Câmara do anterior executivo, o presidente da altura disse que cada lugar do Parque subterrâneo custava 10 mil euros e, como tem 170 lugares, teríamos um milhão e setecentos mil e nos documentos constam cinco milhões de euros. Relembrou que quem falou em dez mil euros por lugar não foi ele, foi o anterior executivo, constando das atas que são públicas, podendo qualquer um verificar e se houvesse alguém que achasse que estava a mentir, que se manifestasse. -----

Concluiu dizendo que o Parque Subterrâneo deu muito dinheiro a alguns, contudo o povo é sereno, mas já não se deixa enganar. -----

**Interveio o Sr. Joaquim Orlando de Sousa Moreira de Paiva** que, após cumprimentar os presentes, disse que não tinha intenção de intervir, mas que, face à intervenção do Sr. Dr. Carlos Matos, que parabenizou e apelidou de um

2017.04.28

extensivo trabalho de casa que fez sobre o Centro Social de Arões para o qual foi aprovada uma candidatura, a cujos autores dirige os parabéns. Não entendeu a introdução e a alusão feita ao Sr. Luíz Bernardo de Almeida, com a história do Senhor do cavalo branco, que veio do Brasil e trouxe o dinheiro todo, convidando-o a ver onde foi gasto todo o dinheiro que aquele senhor trouxe do Brasil, através de uma visita às instalações da Fundação Luíz Bernardo de Almeida. Disse que estavam ali presentes colegas que já ocuparam cargos de direção da Fundação, sendo ele, atualmente, Vice-Presidente do Conselho da Administração e Vogal do Conselho Executivo achando que não devem ser misturadas a política com a ação social, pois nunca imaginou falar nestas sessões o que quer que fosse sobre a Fundação, que tanto estima, nem de qualquer outra IPSS do concelho. Se o objetivo foi o de enaltecer o trabalho que foi feito e a vitória que tiveram, isso foi conseguido, dando-lhe os parabéns. Voltou a referir que não devia fazer misturas de assuntos, aludindo ao ano, como, ano santo, não por termos tido a visita do Papa Francisco, mas por outros motivos. Desde 2008 a desempenhar funções naquela instituição, disse que nunca falou publicamente sobre os assuntos internos da mesma, não percebendo a mensagem que o membro desta Assembleia, Dr. Carlos Matos, queria transmitir com a história contada. -----

**Intervindo, o Dr. Carlos Alberto de Sousa Matos** referiu que não havia intenção de falar em monumentos, apenas o de contar uma pequena história que o seu avô contou sem qualquer ligação à Fundação. Quis deixar claro que nada mais foi além do, contar uma história de homenagem ao Sr. Luíz Bernardo de Almeida, pelo qual tem o maior respeito, pedindo ao Sr. Paiva que não o interpretasse mal. Voltou a contar que a história se cinge somente a um encontro do seu avô com o Sr. Luíz Bernardo de Almeida e nada mais, sem qualquer crítica ou referência política, sendo apenas um texto sem qualquer interpretação. -----

2017.04.28

**Interveio o Sr. Rogério Brandão dos Santos** que, após cumprimentar os presentes, perguntou ao Sr. Presidente se existia algum plano de intervenção relativo aos madeireiros, que estragavam todos os caminhos por onde passavam ou se se deixava tudo como estava, nomeadamente na freguesia de Cepelos. Disse que já fez pedidos a vários elementos da Câmara, nomeadamente à Eng.<sup>a</sup> Vera e continuava tudo igual, havendo um caminho que foi feito pela Junta de Freguesia há dois anos, onde foram gastos quatro mil euros e estava neste momento lavrado, parecendo um campo para semear milho.-----

Perguntou ainda se a Câmara pretendia dar tubos a quem os pediu, ou seja, aos lesados pelos incêndios do ano passado porque tanto para o abastecimento às habitações, como para os regantes, a Junta deu alguns, mas neste momento esgotou essa possibilidade. Pretende saber o ponto da situação do apoio e se este se ficou somente pelo pedido.-----

Como não tem ninguém que o defenda, disse, dirigiu-se ao membro da Assembleia, Sr. Afonso Almeida, oferecendo-lhe almoço ou jantar no dia em que fosse visitar a freguesia de Cepelos, para fazer um apanhado do que por lá falta, pois a estrada de Vilar a Viadal encontra-se em péssimas condições, acreditando que não existe no concelho outra com semelhante degradação, perguntando se esta estava no programa de aplicação de asfalto. -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento à Assembleia de que o Conselho Municipal de Segurança reuniu uma vez após a última sessão de Assembleia e, caracterizando a “casa”, como um local onde se exercia a política por excelência, referiu que esta política é sempre acompanhada por um querer fazer obras, porque toda a gente as quer fazer, mas ninguém quantificava os seus custos e, quando se fala em montantes as pessoas caem na realidade; uma pequena despesa aqui outra pequena despesa ali, constituem situações difíceis

2017.04.28

de gerir. Como pessoa habituada a trabalhar com números, pediu na última reunião do Conselho Municipal de Segurança, o levantamento da distribuição de valores, do que aconteceu com os incêndios, pedido nunca antes feito. Há muitas opiniões, afirmou, contudo o valor que lhe foi dado foi de vinte e quatro milhões de euros, ou seja, a destruição de valor gratuito, apesar de achar que fica abaixo, é de, e repete, vinte e quatro milhões de euros, que representa ano e meio de orçamento da Câmara Municipal. Causa-lhe admiração ninguém se ter debruçado sobre os números porque paleio, toda a gente o tinha, disse, porque estes quatro anos que estive em funções, o ensinaram que é muito bonito falar. Disse que prestou a informação a todos os grupos da Assembleia, porque aqueles números o assustavam, constituíam a destruição gratuita de valores no concelho, porque a sua função é a de servir o concelho, como a dos demais, naturalmente, achando que esta assembleia devia pensar muito bem no assunto. -----

**Interveio a Sr. Dr.ª Célia Maria dos Santos Tavares** que, após cumprimentar os presentes, intervém para chamar a atenção e porque como lhe pediram respostas e se preocupa, disse, que se ia realizar neste sábado, o 2.º Sarau de Dança de Vale de Cambra organizado pela Câmara Municipal com a participação das Academias e Centros Sociais do concelho e que, a repetir-se o que aconteceu no ano passado, será realizado no Centro Social um espetáculo maravilhoso, onde participarão centenas de pessoas do concelho, apesar de, na sua modesta opinião, as coisas não estarem a correr da melhor forma. Na semana passada, as pessoas que procuravam bilhetes foram confrontadas com a informação de que a lotação estaria esgotada. De imediato bombardearam as Academias responsáveis pelos meninos, crianças e pessoas que vão participar neste evento porque querem aceder ao espetáculo. Porque ficou muito sensibilizada com os responsáveis de Academias com as quais falou, traz o assunto à presente

2017.04.28

Assembleia. Primeiro porque a estas pessoas competia organizar um espetáculo de dança e a certa altura vêm-se confrontadas com um problema a resolver, que é o da vontade manifestada pelos pais, de assistir ao espetáculo, estando este esgotado; vi-os em estado preocupante e a chegar ao ponto de quererem impedir que os seus filhos participassem no espetáculo. A questão ficou resolvida, tendo ela própria recebido o seu bilhete através da Academia onde a sua filha anda, tal como aconteceu a outros pais, mas, conforme afirmou, continuou preocupada e quer deixar o alerta, chamando a atenção para as condições de segurança do espetáculo, esperando e estando convicta de todas foram tidas em conta de forma que o espetáculo seja um espetáculo de mérito e solidariza-se com as pessoas que tiveram de resolver o problema com os pais; agradece em seu nome pessoal e também da Assembleia Municipal a participação de todas as pessoas neste espetáculo. Concluiu dizendo que todos são unânimes de que era fácil resolver este problema que se resume a quem patrocina o espetáculo, portanto, os pais das crianças aos quais teria de se perguntar quantos bilhetes é que queriam, pois é assim que funciona qualquer espetáculo com patrocínios. Assim, se tínhamos 500 crianças, cada patrocinador recebia dois bilhetes e teriam 1000 pessoas, sobrando ainda muitos bilhetes para serem vendidos. Não foi isto que foi feito, parecendo-lhe que é o que está a ser feito agora, pois quando levantou o bilhete nas Piscinas Municipais, lhe perguntaram o nome da sua filha. Bem hajam por isso. Finalizou dando os parabéns e solidarizando-se com todas as Academias, Centros Sociais e pessoas que vão participar no espetáculo de amanhã, desejando que seja um bom Sarau em prol da cultura do concelho. -----

**Interveio o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida** pedindo para responder ao Sr. Rogério Brandão dos Santos, começou por lhe agradecer a atenção que teve pelas preocupações que ali demonstrou. Disse-lhe que é deputado na presente

2017.04.28

Assembleia por todos os valecambrenses e não só pela sua freguesia, como alguém já o disse. Lembra-se de há cerca de um ano, ter mencionado a estrada que liga Paço de Mato, a Tabaçó, a Viadal e a Gatão que estava cheia de covas, como poderá verificar nas atas, se não se recordar. Abordou também, aquela curva ao cimo da reta da Batalha que na altura até a tinha confundido com uma zona industrial, mas não deixou de chamar a atenção, porque para autocarros de grande dimensão, torna-se difícil. Já falou por duas vezes na questão porque é evidente que aquela curva esgana o desenvolvimento de Cepelos, Junqueira e Arões. Alguém da sua bancada, também falou do problema energético de Póvoa dos Chões e o Sr. Rogério não precisou de pagar nem almoços nem jantares porque a bancada se preocupou com o problema. -----

Em relação à questão colocada pelo Sr. Presidente da Assembleia, e bem, disse que não tinham por hábito criticar por criticar. Em relação às obras de segurança que são debatidas nesse Conselho, pediu-lhe para trazer mais resultados das reuniões do Conselho Municipal de Segurança, pois a Assembleia tem o direito de saber. Já outras pessoas se preocuparam com essa situação e mais, quando se fala em 24 milhões, não estou totalmente atualizado, mas segundo crê, há uma candidatura aberta para esse fim, para cobrir alguns riscos, certamente não os cobre todos. Não se consideram apologistas de fazer a rede de saneamento toda de uma vez, tal como a proteção, também não se pode fazer toda de uma vez, porque sabem quanto é que isso custa. Acha que qualquer membro da Assembleia, apesar de uns mais esclarecidos do que outros, todos têm consciência disso. Afirmou que o que se pretendia era ver as coisas a caminhar e se cada ano se fizesse quinhentos ou mil metros de saneamento, já era alguma coisa, não fazer nada era bem pior. Sobre os rails de proteção, disse que se se fizesse cem, duzentos ou quinhentos metros seria razoável, não fazer nada era o

2017.04.28

que estava mal. Se todos os anos isso fosse contemplado no orçamento, se calhar, o município estaria bem melhor. Reafirmou e esclareceu que têm consciência disso e que também tem a noção dos números.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** referiu que não compreendeu metade, mas que aceitava a posição, pois não foi dentro desse sentido que falou e portanto não ia perder mais tempo.-----

**No uso da palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho**, a-propósito da questão levantada pelo Sr. Eng.º Afonso, perguntou se existiam candidaturas relativamente aos incêndios e a existirem acha que deviam ser bem divulgadas porque existem imensos proprietários que foram perfeitamente arrasados, que merecem a divulgação e todo o apoio das entidades competentes. Pensa que já foi aprovada legislação sobre gestão florestal ou de reordenamento, devendo haver uma grande divulgação e apelo a todos os proprietários de Vale de Cambra, porque a floresta de Vale de Cambra é uma floresta privada, para que aproveitassem o que aí vinha, porque esse reordenamento florestal implicava apoios, mas também implicava problemas para os proprietários que não cumprissem a referida legislação. Apelou novamente à Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e outras instituições de carácter florestal e agrícola, para que se ponham em campo porque iriam ser oportunidades perdidas, mais uma vez. Isto arde de cinco em cinco anos, o Município tem cento e cinquenta km<sup>2</sup> que já deram tudo e de tudo. Vale de Cambra é uma terra que tanto mata a fome como mata de fome, mas a verdade é que tivemos riquezas que nos últimos cinquenta anos tem sido delapidada pelo fogo, em termos cíclicos, de cinco em cinco anos. Toda a freguesia de Arões arde de cinco em cinco anos, toda a freguesia de Cepelos arde de cinco em cinco anos. Isto é uma calamidade. Falta mexer na capacidade de associar proprietários, no sentido de tornar a floresta rentável e se

2017.04.28

há legislação nesse sentido e estou a falar nisso pelo que ouço na televisão e porque o Sr. Eng.º Afonso alertou para isso, para que o município se mexa e não perca a oportunidade.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, acrescentou que esta intervenção foi bastante elucidativa e comprova que a questão dos incêndios já existe há alguns anos, significando que quem esteve para trás nunca olhou para isto com olhos de ver. Disse que trouxe números para que estes ajudem a pensar, havendo outras pessoas que utilizam palavras para enganar, ou seja, veio-se a constatar que cinco em cinco anos arde e depois não fizeram nada, tiveram vinte anos de poder e não fizeram nada. O concelho alegra-se com isso, com esta destruição de poder maciço. Esta apresentação ajudou a esclarecer tudo o quanto quis dizer quando falou da destruição gratuita de valor, em Vale de Cambra. É preciso, esta Assembleia e o poder começar a pensar porque vinte e quatro milhões de euros são vinte e quatro milhões de euros, representa um orçamento e meio. -----

Pediu a palavra o membro da Assembleia, Dr. Pina Marques, tendo o Sr. Presidente da Assembleia interpelado o seu pedido para saber se aquele lhe ia responder ou defender a bancada, porque a ele não o evocou, somente respondeu ao Membro daquela Assembleia, Dr. Manuel Augusto Carvalho, por este ter referido que isto acontece a cada cinco anos e se está a acontecer é porque nada muda, fora isso tem o direito de intervir.-----

**Dada a palavra ao Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques**, este quis deixar uma nota relativa à celebração do “25 de Abril” que é também a data de celebração do Poder Autárquico, no qual homenageamos aqueles que nestes quarenta e três anos lutaram e trabalharam por esta terra, inclusive na questão dos incêndios, mas a verdade é que assistimos a grandes potências mundiais

2017.04.28

impotentes para resolver esta questão. Disse que foram feitos muitos investimentos, apesar desta ser considerada uma luta sem tréguas: enquanto esteve em funções, como vereador da Câmara Municipal, foram construídos vários pontos de água para dar apoio a helicópteros e viaturas de bombeiros por todo o concelho; melhoraram-se e rasgaram-se caminhos de acesso; houve financiamento da CNF que foi bem aproveitado em Vale de Cambra, devendo ser continuado este trabalho porque há que ter em conta que se está a lidar com forças da natureza, tendo de ser tidas em conta também o Ordenamento do território e o Plano Diretor Municipal. Portugal tem três tipos de “guerras” e, aplaude o governo pelo facto deste estar a pegar nas Forças Armadas - Força Aérea e o Exército, para as combater. São os incêndios, a vigilância, a atuação precoce para evitar estragos maiores; são os acidentes na estrada que atingem as pessoas que ficam doentes e inutilizadas para toda a vida, tornando-se um peso na qualidade de vida cada um e inclusive na sociedade; a questão da calamidade da droga. Aplaudiva as iniciativas do governo quando este tenta atuar nestas áreas. Acrescentou dizendo ao Sr. Presidente que todos quantos estiveram em mandatos anteriores, fizeram o que podiam, apesar dessa ação, que também passa pelas instâncias governamentais, ser sempre insuficiente. ----

**O Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho** frisou que na presente intervenção não vai contrariar o que o Sr. Presidente da Assembleia disse, mas sim, simplesmente dizer que, quando exerceu cargos nos mandatos anteriores, teve o cuidado de sensibilizar os proprietários e as populações no sentido da sua associação para que juntos pudessem conter a calamidade. Sendo Vale de Cambra uma terra de minifúndios e, não havendo nenhum tipo de medida legislativa que resolva essa questão, as instituições que estão no terreno sabem que nada pode ser feito sem a colaboração dos proprietários pois a área florestal

2017.04.28

é constituída por pequenas parcelas de 500, 1000 ou 5000 m2 e, sem um emparcelamento obrigatório ou através de associações amigáveis será difícil solucionar a questão, como se comprovou quando os serviços contactaram todas as freguesias e lugares a apresentar uma solução que passava pela associação, pela constituição de cooperativas, com apoio técnico e teve como resposta mentalidades contrárias considerando-se, esta, uma batalha perdida. -----

**Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, este começou por corroborar a intervenção do Sr. Dr. José Soares, porque efetivamente o município de Vale de Cambra tem como atividade principal, a indústria, facto inquestionável, que cria emprego e riqueza, mas, o turismo é uma atividade emergente e complementar que também cria riqueza e deve ser desenvolvida através da valorização dos nossos recantos e paisagens, criando uma notoriedade que atraia as pessoas, quer seja através dos Percursos Pedestres, das Rotas da Água e da Pedra, das praias fluviais ou outras atividades importantes como é a do turismo gastronómico, aliciante fonte de valorização dos territórios e afirmação dos municípios. -----

**Agradeceu** a intervenção do Dr. Reinaldo, na perspetiva do seu contributo, dizendo-lhe que quando iniciou as suas funções políticas, em 89, como Presidente da Junta de Freguesia de Codal, definiu como prioridades, grande meta e objetivo, dotar a sua freguesia com a cobertura integral de água e saneamento, o que foi conseguido com a colaboração da Câmara Municipal. Portando, concorda plenamente que o abastecimento de água e o saneamento básico sejam fundamentais para o meio-ambiente e para a preservação dos lençóis freáticos. Para não ficar a ideia errada de que nada foi feito, deixou alguns exemplos do que foi feito, como o Emissário das Baralhas, o prolongamento da rede em Rôge, em Santa Cruz, a construção da ETAR da Felgueiras em Arões,

2017.04.28

que entrará brevemente em funcionamento, constituindo uma mais valia para a freguesia, entre outros prolongamentos de rede que foram feitos além da resolução de problemas complicados, existentes há alguns anos, como o do Barracão, que constituíam verdadeiros crimes ambientais e que foram resolvidos.

Afirmou que o ambiente foi sempre e continuará a ser uma grande preocupação.

A-propósito, informou que foram aprovadas duas candidaturas para o prolongamento da rede de água e de saneamento básico, cujo valor elegível ronda os 3,5 milhões de euros, sendo as freguesias de Rôge, Macieira de Cambra e S. Pedro de Castelões, as beneficiadas. -----

Pensa que tem de haver seriedade e princípios, não aceitando afirmações como as de que nada está a ser feito, que não correspondem à verdade, pois muito brevemente será aberto o concurso público para a execução destas obras que representam um investimento em Vale de Cambra. -----

**Sobre o assunto da VCP**, referido pelo Dr. Manuel Augusto Carvalho, acha que, neste momento, esta é uma questão encarada como um recalçamento de constantes afirmações, às quais volta a responder que o município, à data de dezembro de 2013, não tinha capacidade de endividamento; quando o presente executivo entrou em funções, e repete mais uma vez, a Câmara Municipal tinha cem mil euros de capacidade de endividamento. Na sua gestão começou por pagar algumas faturas, honrando os compromissos assumidos e objetivamente, tentou construir a tal capacidade de endividamento. Esta foi a realidade e a verdade, não valendo a pena contrapor com os argumentos, sejam eles quais forem, para rebater uma situação que já foi explicada. Foi feito um trabalho de encaixe de uma futura dívida, contingente, ou seja, um trabalho para criar um espaço orçamental para alojar essa dívida que iria, mais tarde ou mais cedo, surgir. Sabem que a pedido do parceiro privado foi constituído um Tribunal

2017.04.28

Arbitral; sabem que, nas cláusulas contratuais do acordo inicial do contrato, não existia possibilidade de recurso, sendo a Câmara Municipal obrigada a aceitar o Tribunal Arbitral tendo o Município sido condenado a pagar 6,4 milhões de euros, com referencia à data de 31/12/2014; desde essa data correram juros e suprimentos, crescendo a dívida. A referida construção não foi ideia deste executivo, que teve, sim, de dar a solução a um problema que estava criado e, não tendo sido demonstrado pelo parceiro privado, interesse no negócio e, estando o Município condenado, resta agora honrar os compromissos, pagar e, finalizando, resta encontrar uma boa solução de funcionamento daquele espaço.

**Sobre o problema da floresta**, que é um problema cíclico e de todos, informou que o Município fez uma candidatura para requalificação dos acessos florestais e a gestão das faixas de combustível; há ainda uma outra candidatura feita pelas juntas de freguesia para a requalificação de caminhos florestais; já foi feita e continua a ser feita a requalificação de caminhos florestais; tem sido pedida a colaboração dos GIPS, que vai acompanhando e fazendo algumas intervenções, abrindo alguns autos de contraordenação, dentro do que a lei permite, embora pouco, face à exiguidade dos acessos à floresta e ao número das máquinas e equipamentos de grande dimensão usados no corte da floresta. A reestruturação fundiária torna-se difícil de fazer porque existem proprietários que nem sequer residem em Vale de Cambra, outros são pessoas idosas; não sendo uma situação fácil de resolver por se tratar de espaços privados e não públicos, esta passará acima de tudo pela vontade dos seus proprietários, e também pela existência de apoios ou programas que permitam tratar o problema de forma global, a nível nacional, porque este é um problema cíclico que não afeta somente Vale de Cambra. Viveu o problema no ano passado, no terreno, durante muitos dias e

2017.04.28

sabe que o trabalho é duro e de sofrimento para os bombeiros, para a população e para todos os que apoiaram e estiveram na frente do fogo. -----

**Sobre a construção do Centro Social de Arões**, assunto abordado pelo Dr. Carlos Matos, informou que o projeto e a fiscalização estiveram a cargo dos técnicos da Câmara Municipal, estando esta entidade de parabéns pela obra assim como os diretores do Centro Social de Arões que tiveram o arrojo de idealizar a obra e de fazer a candidatura. Agradece ao Dr. Carlos Gomes, que, na CCDR, ajudou a resolver os problemas surgidos, conforme informação que circula e ao próprio organismo que apoiou a construção desta infraestrutura social que fazia falta na freguesia de Arões e que tem agora, também, com o financiamento obtido, a possibilidade de desenvolver o projeto residencial. Em sua opinião, um financiamento que beneficie Vale de Cambra deve ser sempre motivo de congratulação. -----

Agradeceu o reconhecimento feito pelo Dr. Almerindo Santos e frisou que, quando se assumem compromissos, se devem cumprir porque o mais fácil é prometer e o difícil é fazer; contudo quando se prometeu e cumpriu, conclui-se que se está no bom caminho. -----

Reiterando o que já disse ao Sr. Eng.º Afonso em reuniões anteriores nas quais foi abordado o assunto, a linha da via que vai das instalações fabris da Bel a Teamonde não foi feita porque aquela zona e, no seguimento de outras apelos feitos na sessão, primeiro vão ser feitos rasgos para a instalação do saneamento e posteriormente à pavimentação da estrada, será feita a linha que referiu, numa perspetiva de economia de meios financeiros. Sobre a pintura da linha na estrada que vai da Aguincheira a Santa Cruz, a razão só tem a ver com a empreitada adjudicada para o troço entre o início na ponte até à rotunda da Prio e nada mais.

2017.04.28

Sobre os painéis informativos que certamente dariam um ar mais digno à cidade, apesar da informação contida ser importante, não foi considerada uma prioridade.

**Sobre o Centro Cívico de Rôge**, foi pedida, pelo Presidente da Junta de Freguesia, ali presente, uma intervenção, na qual concordou e que será feita, assim que se possa. -----

**Sobre o Mercado Municipal**, informou que foi feito um projeto de requalificação do mesmo, prevendo-se uma valorização do edifício com a melhoria das condições para quem vende e quem compra, prevendo-se para breve a realização da obra através de empreitada, tendo para tal sido feita uma candidatura no âmbito do PEDU. Relativamente ao recinto da feira quinzenal, serão feitas, pontualmente, reparações do piso, entre outras. -----

**Sobre rails de proteção**, acha que não prometeu a sua colocação em lado nenhum, apesar de argumentar que seria boa, a sua aplicação em determinados locais, como o das curvas que antecedem as praia de Paço de Mato; contudo, e frisando que o diz com o devido respeito, disse que existiam estradas no concelho mais perigosas, mas que seria incomportável, a opção de salvaguarda das estradas com a colocação dos rails em toda a extensão. -----

**Sobre a intervenção do Presidente de Cepelos**, Sr. Rogério, acha que já se referiu ao problema dos madeireiros e dos caminhos florestais. -----

**Quanto aos tubos** dos lesados nos incêndios, disse que a Câmara Municipal não deu tubos a ninguém e a dar seriam uns largos milhares de metros. Referiu novamente que foi feita uma candidatura para cobrir os prejuízos das intempéries ocorridas no concelho, que ainda não teve um desfecho positivo. As equipas intervenientes, da Câmara e das Juntas, que fizeram o estudo, empenharam-se num trabalho árduo de inventariação, de relatórios que foram pedidos para apresentar aos organismos oficiais dentro dos prazos e, até ao momento ainda

2017.04.28

não foi dada qualquer resposta, tal como no caso dos incêndios. Todo o apoio seria disponibilizado pelo Estado, pelo respetivo ministério, mas, ainda nenhuma das localidades que apresentaram candidaturas obteve qualquer resultado. -----

Da questão apresentada pela Dr. Célia, sobre o Sarau informou que houve uma reunião alargada com todas as instituições que participam no evento e foi decidida a venda de bilhetes nas Piscinas Municipais, dado o horário alargado praticado. Foi dado conhecimento pelas Academias e escolas, aos pais, do local onde deviam dirigir-se para comprar o respetivo bilhete, só que, dado o sucesso que teve o Sarau do ano passado, houve uma maior antecipação por parte de algumas pessoas na aquisição dos referidos ingressos, ficando rapidamente esgotado o Pavilhão Municipal. O problema de cerca de quarenta pais que ficaram sem bilhete foi resolvido e o assunto ultrapassado. Concluiu, dizendo que faz votos para que o trabalho que estas academias fazem ao longo do ano para montar este espetáculo seja efetivamente uma superação e afirmação do que é o desporto e a cultura no concelho de Vale de Cambra. -----

**O Sr. Presidente da Assembleia** disse que recebeu a Certificação Legal de Contas naquele momento, disponibilizando-a para consulta, afirmando que face a isso, não pode distribuir o documento atempadamente como acontece de uma forme sistemática, achando mesmo assim que ficou cumprido o seu dever. -----

**Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia deu início ao período da Ordem do dia:-----**

**- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----**

**1. APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE**

2017.04.28

**SETEMBRO:** Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, encontra-se presente para apreciação, informação escrita, datada de 17 de abril de 2017, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e respetiva situação financeira, no período compreendido entre os dias 6 de fevereiro e 6 de abril de 2017.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação Municipal datada de 17 de abril de 2017.-----

**Ausentou-se da sessão o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, bem como o Sr. Rogério Brandão dos Santos, este por estar impedido de apreciar e votar o ponto que se segue.**-----

**2. DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DE UM TRATO DE TERRENO SITUAÇÃO SITUADO ENTRE O ARRUAMENTO, VIA A NORTE DO PARQUE DA CIDADE DR. EDUARDO COELHO, E UM PRÉDIO PROPRIEDADE DE ROGÉRIO B. SANTOS CONSTRUÇÕES, LDA. - DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE**

**04.04.2017:** Presente deliberação da Câmara Municipal de 4 de abril de 2017, pela qual propõe à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, desafetar do domínio público para o domínio privado do Município, o trato de terreno com a área de 43 m<sup>2</sup>, existente entre o arruamento a norte do Parque da Cidade Dr. Eduardo Coelho e o prédio propriedade da empresa, Rogério B. Santos Construções, Ld.<sup>a</sup>, sito na União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, conforme planta 1/500.-----

A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade dos seus vinte e cinco membros presentes, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 4 de abril de 2017, desafetar do domínio público para o domínio privado do Município, o trato de terreno com a área de 43 m<sup>2</sup>, existente entre o arruamento a norte do Parque da Cidade Dr.

2017.04.28

Eduardo Coelho e o prédio propriedade da empresa, Rogério B. Santos Construções, Ld.<sup>a</sup>, sito na União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho.-----

**Reentrou o Sr. Rogério Brandão dos Santos.**-----

**3. EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO ESTRATÉGICO, AO ABRIGO DO ARTIGO 101.º – B DO REGULAMENTO DO PDM, DO EMPREENDIMENTO QUE O REQUERENTE ARMANDO FERNANDES PRETENDE LEVAR A EFEITO NA RIBEIRA DE ARCA, FREGUESIA DE ARÕES - Deliberação**

**da Câmara Municipal de 04.04.2017:** Presente deliberação da Câmara Municipal de 4 de abril de 2017, pela qual propõe à Assembleia Municipal a emissão de Declaração do Interesse Público Estratégico, ao abrigo do artigo 101.º-B do Regulamento do PDM, do empreendimento que o requerente, Armando Fernandes, pretende levar a cabo na Ribeira de Arca – Arões, Freguesia de Arões, que se enquadra no CAE 55111 “Hotéis com Restaurante”.-----

A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade dos seus vinte e seis membros presentes, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 4 de abril de 2017, reconhecer, ao abrigo do artigo 101.º-B do Regulamento do PDM, o Interesse Público Estratégico do empreendimento que o requerente, Armando Fernandes, pretende levar a cabo na Ribeira de Arca, Freguesia de Arões, que se enquadra no CAE 55111 “Hotéis com Restaurante”.-----

**4. ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – Deliberação da Câmara**

**Municipal de 21.03.2017:** Presente deliberação da Câmara Municipal de vinte-e-um de março, pela qual submete à aprovação da Assembleia Municipal a alteração ao Plano Diretor Municipal, nos termos do disposto na alínea h), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto nos n.º 1, do artigo 90.º e n.º 7, do artigo 123.º, do Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio.-----

2017.04.28

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus vinte e seis membros presentes, aprovar, nos termos da proposta da Câmara Municipal de vinte-e-um de março, a alteração ao Plano Diretor Municipal, nos termos do disposto na alínea h), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto nos n.º 1, do artigo 90.º e n.º 7, do artigo 123.º, do Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio.-----

**Reentrou o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho.**-----

**5. CONCURSO PÚBLICO 14/2017 | FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA | AUTORIZAÇÃO PARA O COMPROMISSO PLURIANUAL E ENCARGOS ORÇAMENTAIS EM MAIS QUE UM ANO ECONÓMICO:**

Presente deliberação da Câmara Municipal de dezoito de abril, pela qual remete à Assembleia Municipal, para autorização do respetivo compromisso plurianual, o processo do concurso público 14/2017 – Fornecimento de refeições em estabelecimento escolares do Município de Vale de Cambra, com a vigência de três anos letivos, de acordo com os seguintes valores estimados:-----

- ano letivo 2017/2018 – 229.500,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;-----

- ano letivo 2018/2019 – 229.500,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;-----

- ano letivo 2019/2020 – 229.500,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e quatro votos a favor, e três abstenções (Eng.º Afonso da Silva Almeida, Eng.º João Manuel Mateus Lameiras e Dr.ª Teresa Maria Moreira Gonçalves, da bancada do PS) autorizar a despesa plurianual relativa ao concurso público n.º 14/2017 – “Fornecimento de refeições em estabelecimento escolares do Município de Vale de Cambra”, para os três anos letivos, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 18 de abril de 2017.-----

**6. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2016 – Deliberação da Câmara Municipal de 18.04.2017:** Presente a deliberação da Câmara Municipal de dezoito de abril, pela

2017.04.28

qual submete à aprovação da Assembleia Municipal os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2016, cujas cópias ficam apenas à ata da sessão.

O documento “Certificação Legal de Contas” foi entregue em mão à Mesa da Assembleia, já no decorrer da presente sessão, pelo representante da sociedade Esteves, Pinho & Associados, SROC. O documento está datado de 18 de abril de 2017.-----

**O Sr Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva,** que referiu que, por impossibilidade do vereador do pelouro estar presente na sessão, passará a ler a seguinte intervenção: -----

“O Relatório de Gestão que hoje se apresenta, tem inerente uma análise ao Município de Vale de Cambra no ano de 2016, nomeadamente no que respeita à sua gestão, considerando essencialmente aspetos contabilísticos, económicos e financeiros. -----

Importa ter presente, em primeira análise, e porque se trata da última prestação de contas deste mandato, que em outubro de 2013 a dívida registada era cerca de 16.100.000euros, sendo a 31 de dezembro de 2016 de cerca de 7.300.000,00euros.-----

Além disto, a margem positiva relativa à dívida municipal, de mais de 8.500.000,00 euros (face ao valor limite imposto pela legislação em vigor relativo ao período considerado - 19.010.339,74 euros) permitirá enquadrar os desafios do ano de 2017 no que a este assunto diz respeito. -----

Assim, e tendo também correlação com esta temática, e além do pagamento de dívida de médio e longo prazo de mais de 2.020.000,00 euros, torna-se muitíssimo relevante o pagamento de dívida de curto prazo de mais de

2017.04.28

1.750.000,00 euros, o que se traduziu, no facto de mais um ano com inexistência de pagamentos em atraso em 31 de dezembro.-----

O valor da dívida de empréstimos em 31 de dezembro de 2016 foi de 5.591.449,19 euros.-----

Um Prazo Médio de Pagamentos cada vez mais reduzido, de 16 dias em 2016, é algo de revelador e consistente com aquilo que de facto deve ser uma atuação de gestão moderna e eficiente.-----

No que diz respeito ao Orçamento, o montante da receita total cobrada apresentou uma taxa de execução de 93% face às previsões corrigidas. Além da constatação óbvia e relativa à excelente execução orçamental, esta alta percentagem também significa o cumprimento da legislação em vigor que estabelece uma execução mínima da receita em 85%, para que não se venha a verificar eventuais sanções decorrentes.-----

Outro dos aspetos a salientar é o resultado dos movimentos ocorridos entre recebimentos e pagamentos, pois verifica-se que o saldo orçamental a transitar para o exercício económico de 2017 se fixou em 3.640.672,29euros. Esse valor será repercutido no orçamento do exercício contabilístico de 2017, através da realização de uma revisão a este orçamento, ponto seguinte nesta reunião.-----

Um outro ponto que também está na ordem de trabalhos de hoje e que também deriva da prestação de contas, é a Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício. O mesmo atingiu um valor de 2.318.762,85euros. Com base nas imposições da legislação em vigor, o valor do Resultado Líquido do Exercício é transferido para o exercício seguinte, para a conta Resultados Transitados (conta 59). Caso o saldo dessa conta seja positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas. Assim, tendo presente o valor do resultado líquido e considerando que o valor do património já

2017.04.28

atingiu o limite mínimo de 20% do Ativo Líquido, propõe-se a seguinte distribuição de resultados:-----

Reserva Legal – 115.938,14euros (5% do Resultado Líquido do Exercício)

Resultados Transitados – 2.202.824,71euros.-----

Não existem, portanto, dúvidas que o caminho por nós trilhado, com uma gestão rigorosa, garante um futuro estável para a atividade municipal. Temos, hoje, condições para encarar de frente os fortes desafios do Portugal 2020, colocando o município de Vale de Cambra no pelotão da frente dos municípios em melhores condições de acesso aos fundos dadas as certezas na sua excelente execução.---

A transparência da gestão está vertida nos documentos apresentados, apresentando-se essa gestão como sendo estável, mas flexível, permitindo a resolução de problemas passados, mas essencialmente o desenvolvimento futuro do Município de Vale de Cambra.” -----

**O Sr. Presidente da Assembleia** pediu ao Dr. Rui Valente, chefe da Divisão Administrativa e Financeira, que se sentasse perto da Mesa, para responder às dúvidas que fossem apresentadas pelos membros da Assembleia, dando-lhes a palavra. -----

Acrescentou ainda que a explanação do Sr. Presidente da Câmara abrangeu já dois-pontos, a Prestação de Contas e a Aplicação dos resultados, que serão votados em separado, respetivamente no ponto 6 e ponto 7.-----

**Interveio o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida** que antes de entrar na matéria deste ponto, quis dizer ao Dr. Manuel Augusto que não tem de pedir desculpa, é um incidente absolutamente natural, que este lhe pediu desculpa por ter afirmado uma coisa que estava incorreta, não tinha de pedir desculpa isso é perfeitamente natural e acontece no dia-a-dia.-----

2017.04.28

Relativamente à questão das contas, pediu desculpa por ser um bocado maçador, mas sendo este um dos pontos mais importantes do ano, acha que se justifica que se fale aqui talvez uns cinco minutos, quando o período de antes da ordem do dia durou duas horas.-----

A sua primeira apreciação é que as contas se apresentam em boa ordem, preenchem os requisitos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, vulgarmente conhecido como POCAL, e representam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Câmara Municipal. Contudo, não pode deixar de formular duas críticas à forma como as contas são apresentadas, duas críticas fundamentais. A primeira é de que a Certificação Legal de Contas do Revisor Oficial de Contas deveria ser apresentada com antecedência e devia ser divulgada, pois têm o direito, de que quando discutem as contas saber o que o órgão de fiscalização mais direto, já que assembleia é de segundo plano, pensa sobre as contas, órgão esse que as acompanha ao longo do ano e que faz a verificação final. A segunda crítica, as contas e relatório estão apresentadas de acordo com o previsto no POCAL, mas todos sabem que esta documentação muitas vezes é tecnicamente bastante aprofundada e no caso do POCAL, até já muito antiquado e por isso vai haver brevemente um novo normativo contabilístico nas Autarquias Locais. Portanto, julga que o relatório deveria transmitir de forma mais visível aquilo que foi a atividade durante o ano. Obviamente que os membros da Assembleia Municipal poderão sempre pedir esclarecimentos à Câmara Municipal, mas em nome da transparência as contas que vão ficar disponíveis nos órgãos públicos, nomeadamente no sítio da *internet* da Câmara vão ser consultadas por muitas pessoas que não têm esse acesso tão direto. Mas, a forma como são apresentadas aqui, são apresentadas na generalidade das Câmaras do País, a sua crítica seria construtiva, no sentido de melhorar.-----

2017.04.28

Sobre a substância das contas foi mais um ano de gestão rigorosa, foi um ano em que os proveitos da Câmara Municipal aumentaram 0,63% e os custos diminuíram 7,91%, ou seja, foi um ano de rigor e de contensão em linha com o que vinha dos anos anteriores. Essa contensão é bem visível na execução orçamental no lado da despesa, sendo que, por exemplo, nas despesas com o pessoal, onde a Câmara gastou 3,9milhões de euros, ficou 13% aquém daquilo que estava previsto no orçamento. As requisições de bens e serviços também ficaram aquém do que estava orçamentado. É uma preocupação de ser contida e conseguir o maior excedente possível. Nos juros de dívida a Câmara gastou 103mil euros, quando estava orçado 124mil euros, portanto só gastou 83% do que estava previsto. Devem ver do lado da receita, não só em termos daquilo que foi a gestão da Câmara mas, também, tomando o pulso aquilo que é a situação do Concelho e, em particular, nestes últimos anos. Tem lido por aí, e com certeza em anos de eleições isto aparecerá mais vezes escritas, que esta Câmara tem contribuído para a estagnação económica do Concelho, lê isto mais na imprensa, nos jornais, ora não é isso que os números nos transmitem porque os impostos refletem fundamentalmente os rendimentos gerados e criados no Concelho. A Câmara em termos de impostos diretos arrecadou 3,9milhões de euros durante este ano, acima do que tinha orçamentado 7%. Mas comparando com 2013, na altura só tinha arrecadado 3,2milhões, portanto é sinal de que há criação de rendimento, que está a dar origem a impostos, até porque em alguns desses impostos as taxas hoje são mais baixas do que eram naquela altura, portanto tem de ser a base de cálculo que é superior. Por exemplo, do IMI a Câmara Municipal arrecadava 2milhões e 400mil euros, quando arrecada 2milhões e 100mil euros. E neste caso, e já com o benefício fiscal que foi concedido às famílias numerosas e que já se refletiu nas contas de 2016, decrescendo este valor, de facto houve um

2017.04.28

aumento de 4% em relação ao que estava orçado. Mas, há ainda aqui outro imposto em que a imagem é mais importante, o IMT, o Imposto sobre as Transmissões Imobiliárias, que corresponde à antiga Sisa e que incide sobre transmissões de casas, para habitação, comércio, pavilhões industriais e transmissão de terrenos. A Câmara arrecadou 509 mil euros, quando tinha orçado 260mil no início do ano anterior. Mas mais do que isso estes 509mil euros comparam com 193mil euros em dois mil e treze, isto é sinal que se estão a comprar casas, ou se estão a comprar terrenos, ou se estão a comprar pavilhões industriais. A derrama que é um imposto que incide sobre o resultado das empresas, e as empresas têm um bom resultado se a atividade económica estiver boa, estiver próspera. Na derrama a Câmara arrecadou 501mil euros o ano passado, quando em 2013 tinha arrecadado 356mil euros. Estes 356mil euros eram arrecadados com uma taxa de 1,5% sobre os lucros e agora os 501mil são arrecadados com uma taxa de 1,35%. A participação da Câmara no IRS, gerado pelos residentes fiscais no nosso Concelho, foi em 2016 de 612mil euros, quando tinha sido em 2013 de 512mil euros. Chamou atenção para o facto de que em 2013 a Câmara recebia 5% do IRS e agora os 612mil euros correspondem a apenas 4% do IRS, uma vez que a Câmara abriu mão de 1% em favor dos contribuintes do Concelho. Isto significa que em Vale de Cambra o IRS pago em Vale de Cambra, dos rendimentos que auferem do seu trabalho, também rendimentos prediais e rendimentos de pensões, já que os outros estão sujeitos a taxas liberatórias e não estão aqui incluídos, para uma taxa de 5%, os 512mil euros significava que se gerava cá em Vale de Cambra 10milhões de euros. Hoje, os 4% para os 612mil euros significam 15milhões e 300mil euros. É evidente que sabe reconhecer que o IRS, com a política da Troica, as taxas aumentaram, mas isto significa que aqui a base de incidência aumentou 50%, portanto não será

2017.04.28

sinal de que a economia estará tão mal e que a Câmara a terá deteriorado nestes últimos anos. Gostaria também de fazer uma ponte com as taxas que foram arrecadadas relativamente aos loteamentos das obras, que foram de 144mil euros em 2016 contra 80mil previstos, ultrapassando-se em 30% o que estava previsto, sinal que a construção ativou-se e foi mais do que aquilo que estava previsto. -----

A segunda parte dos seus comentários vão para estas contas globais, estas que serão as últimas a aprovar neste mandato. E fazendo, também, aqui o contra ponto, com as contas anteriores, e relativamente ao passivo as contas de 2016 apresentam 8milhões e 12mil euros, neste passivo não está a considerar as provisões, nem as contribuições futuras para o fundo de apoio municipal, porque não são uma dívida, aliás são até um ativo, mas são contabilizados como passivos, nem está a considerar os acréscimos e deferimentos porque também não propriamente um passivo. O passivo em 2016 foi de 8milhões e 12mil euros, quando em 2013 era de 16milhões e 637mil euros, portanto baixou para menos de metade, para 48%. Os empréstimos a médio e longo prazo, portanto os empréstimos remunerados à Banca, eram em 2013 de 12milhões e 209mil euros, no final de 2016 eram de 5milhões e 591mil euros, eram 46% o saldo de capital em dívida do que tinham há três anos. A dívida a fornecedores era em 2013 de 2milhões e 174mil euros, em 2016 de 489mil euros, ou seja, 22% do que eram três anos antes. Os juros suportados, um encargo, uma perda para a banca, ou também para alguns fornecedores quando se ultrapassam os prazos e se levam juros de mora, foram em 2013 de 522mil euros, quando em 2016 foram 103mil euros, cerca de 20%. Mas, mais do que isso é que a Câmara tinha em 2013 disponibilidades, ou seja depósitos bancários, alguns deles são comprometidos que tem a ver com retenções, etc, era de 2milhões e 339mil euros, e em 2016 de 4milhões e 291mil euros. Se formos ao total do passivo, a este passivo sem

2017.04.28

provisões, sem fundo de apoio municipal, sem acréscimos e deferimentos, e lhe retirar-mos as disponibilidades, que fará parte do passivo mais tarde ou mais cedo, passamos de um endividamento líquido em 2013 de 14 milhões e 298 mil euros, para 3 milhões e 721 mil euros em 2016.-----

Regista, ainda, o facto de se ter acabado o ano de 2016 sem pagamentos em atraso, e com um prazo médio de pagamento de 16 dias, que faz uma comparação brilhante com as melhores organizações deste País e os seus pagamento. Ter um bom prazo médio de pagamento a fornecedores significa credibilidade no mercado, confiança do mercado, significa juros mais baixos e aproveitamento de descontos a pronto pagamento. Significa ainda outra coisa fundamental, é que muitos desses fornecedores são pequenas empresas locais é também uma ajuda financeira para a economia local.-----

No final do ano, a receita corrente ultrapassa a despesa corrente em 53% e uma margem de endividamento no final de 2016 de 8 milhões e 500 mil euros. O limite de endividamento é de 19 milhões, sendo que a Câmara tinha uma dívida elegível para este efeito de 7 milhões e 200 mil euros, e os outros 3 milhões e 200 mil euros são dívidas que vêm de sociedades participadas, nomeadamente da VCP. Mas, havia aqui 8 milhões e 500 mil euros que agora permite encaixar os outros empréstimos.-----

As pessoas poderão dizer que este foi um ano em que as pessoas de Vale de Cambra foram forçadas a uma austeridade profunda, em que pagaram impostos municipais elevadíssimos, em que pagaram a água e saneamento a preços brutais – bem não parece que tenha sido isso que aconteceu. Baixaram-se as taxas das licenças do RMUE, nomeadamente para as construções industriais e baixaram-se, em alguns casos, 50%, chegando-se mesmo a 70%. Baixaram-se, a taxa do IMI e foi dado o benefício às famílias mais numerosas; a taxa da derrama

2017.04.28

sobre as empresas; aumentou-se a devolução do IRS às pessoas, manteve-se o preço da água e saneamento a níveis que comparam, por serem baixos, muito bem com outros concelhos vizinhos, distribuiu-se material didático gratuito às crianças do primeiro ciclo; fez-se apoio social. É isto a que se resume e me permite comparar as contas do último ano.-----

**Interveio o Sr. Eng.º Filipe Pascoal da Silva Fernandes** que, após cumprimentar os presentes, disse que a sua bancada vai votar favoravelmente o documento em discussão por se tratar de um documento meramente técnico. De forma sucinta, salientou os seguintes pontos: a redução da dívida resulta da obrigatoriedade da lei de dois milhões por ano. No que se refere a investimentos nota-se que até à presente data não há obras relevantes no concelho, mas por aquilo que lhes foi transmitido pelo Sr. Presidente prevê-se que se aproximam e que os próximos tempos sejam diferentes. Relativamente à receita e ao que reporta a impostos, ou seja, o IMI, a derrama e o IRS, como foi muito bem explicado pelo Sr. Dr. José Soares, constata-se um aumento da receita de aproximadamente setecentos mil euros, pelo que podemos concluir que as propostas do PSD relativamente à redução de impostos tinham fundamento nomeadamente no IMI, ou seja, na redução para a taxa mínima. Em resumo esta não redução da taxa aplicada implicou um aumento de encargos aos valecambrenses. -----

**Pediu a palavra o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida** para esclarecer o Sr. Presidente da Câmara de uma questão, **tendo o Sr. Presidente da Assembleia interrompido** e, pedindo-lhe desculpa pela interrupção, alertou-o de que já se estava a discutir outro ponto. -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, a-propósito do pedido feito, disse que está a fazer um levantamento dos tempos de intervenção e deixou a

2017.04.28

sugestão, para futuro, de ser acordado entre as bancadas e o Presidente da Assembleia um tempo de intervenção, como acontece na Assembleia da República, nem que tenha de ter dois ou três relógios para ser contado o tempo de cada um porque nesta sessão o Período de Antes da Ordem do Dia durou duas horas e assim como acontece na Assembleia da República, há muitos assuntos que transitam, porque realmente, a gestão do tempo por parte das bancadas não foi eficaz e portanto como não vai a tempo de ser didático e pedagógico neste mandato, deixa a sugestão para o próximo mandato, gostando que respeitassem isso e porque há sempre tempo. Na maior parte das vezes não intervém porque normalmente lhe põe questões técnicas de direito e guarda sempre a possibilidade para responder mais tarde para não estar a ocupar tempo. De seguida disse ao Sr. Eng.º Afonso que as observações que tinha a fazer iriam ficar descontextualizadas, pedindo-lhe encarecidamente que aceitasse o seu ponto de vista e as fizesse na próxima Assembleia. -----

**Retomando a palavra, o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida** disse que aceitava a sua sugestão e que o tempo usado a dar a explicação, tinha dado para colocar a questão e não era ao nível de algumas que lhe põe, por outro lado, alertou o Sr. Presidente, dizendo-lhe que não utilizou o mesmo critério quando o Sr. Dr. José Soares pediu desculpa ao Sr. Dr. Manuel Augusto de uma intervenção atrasada.

**Continuando o Sr. Eng.º Afonso** disse que o Sr. Presidente do executivo também faz milagres, e a sua equipa também. Há bocado dizia que não conseguia fazer milagres, mas afinal consegue reduzir a dívida e criar um saldo líquido de dois milhões e trezentos e tal mil euros; consegue amortizar a dívida; depois dos resultados apresentados, chega-se à conclusão de que o Sr. Presidente faz maravilhas. Depois da explicação dada pelo Sr. Dr. José Soares, ninguém sai da sessão com dúvidas que o executivo faz maravilhas, só não

2017.04.28

fizeram obras de vulto para o concelho, coisa que prezam e respeitam e admiram é o que o Sr. Presidente diz vulgarmente e ainda nesta sessão o disse, é que respeitaram os compromissos. Acha que provavelmente aprenderam alguma coisa com a freguesia de Macieira de Cambra no ano anterior: respeitaram os compromissos. Isso é um dever. Mas o executivo foi cortando, cortando e há questões, quando diz fazer duzentos, quatrocentos metros de proteção por ano, de facto para isso não há dinheiro. Depois vê-se aqui nos resultados. Segundo parece o projeto do executivo é para dez anos, segundo o que anunciaram em período campanha eleitoral, esta amortização podia ser diluída em dez anos e não se preocupavam tanto e já daria para distribuir mais algum. Esta área é uma área sobre a qual gostava de saber, mas não consegue fazer como o Dr. José Soares, que trata os números de uma forma que os membros da Assembleia saem desta sessão mais enriquecidos com as explicações que ele dá. Acrescentou que em 2013 a dívida era de dezasseis milhões e cem mil euros; em 2016, de sete milhões e trezentos mil euros e, pedindo desculpa ao Sr. Presidente por ir falar outra vez no “poço”, no “buraco”, finalizou dizendo que se somar a dívida do “buraco”, isto vai para os dezasseis milhões outra vez. -----

**Dada a palavra ao Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida**, este face à intervenção da bancada do PPD/PSD, disse que tem um comentário a fazer e uma preocupação: relativamente à taxa do IMI, de facto propuseram que fosse reduzida para o mínimo, mas recorda que poucos anos antes, quando o mínimo era dois por mil e a taxa estava em três por mil, subiram-na para três e meio por mil, crê que em 2010 ou 2011. Mais tarde, quando o mínimo era de três por mil, em 2014, este Executivo baixou para três ponto vinte e cinco. Acha que numa política fiscal, seja municipal ou nacional, tem de se dar sinais de estabilidade aos contribuintes e portanto ela está a ser de facto reduzida

2017.04.28

progressivamente, de forma reformista, de maneira que não tenhamos de um dia para o outro, como sucede num dia qualquer, como agora com o Parque de Estacionamento e que se tenha de aumentar os impostos novamente. As pessoas dizem que vão comprar uma casa em Vale de Cambra porque vão pagar a taxa mínima de IMI. Começam a construir e antes de a acabar surge um problema destes, uma aventura destas que tem este fim e já estão outra vez a pagar uma taxa máxima e já estão arrependidos de virem para Vale de Cambra e o que é certo é que nem com a taxa mais baixa já deixam de vir. Por desconhecimento, disse, perguntou à bancada do PSD, qual é o diploma legal que obriga a baixar a dívida em Vale de Cambra em dois milhões de euros por ano, tendo ficado preocupado pelo seguinte: decidiu-se ainda há pouco, também com os votos do PSD, porque se abstiveram e não votaram contra, a tomada de um novo empréstimo de sete milhões e meio. Esse aumento, por um lado vai reduzir em três milhões a dívida da VCP mas permanece uma dívida de quatro milhões e meio não sendo possível chegar ao fim do ano com menos dois milhões de dívida do que se tinha em 2016. Perguntou ao PSD qual é, de facto, a forma de como isto pode funcionar perante essa obrigatoriedade legal sem ter votado contra. Perguntava primeiro qual é o diploma legal e como acham que isso vai ser possível. -----

**Intervenção do Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho** que agradeceu ao Dr. José Soares, pela lição democrática que lhe deu e depois, e tendo em conta que está bastante desatualizado, pensa que os dois milhões de pagamento da dívida bruta em dois anos resulta da alteração à lei das Finanças Locais feita pelo atual Primeiro-Ministro que impôs às Câmaras Municipais um aumento da contribuição que estava a ser feita para o pagamento do endividamento. Houve uma alteração definitiva de tal maneira que uma parte significativa das Câmaras Municipais que

2017.04.28

estavam a cumprir o endividamento, de acordo com a lei do Tribunal de Contas e de acordo com as leis normais do endividamento, a maior parte delas com a nova legislação ficaram em incumprimento, isto é, estavam endividadas demais relativamente à nova legislação e só para lhe dar informação porque também está e esteve por dentro do assunto, o seu executivo, até dois mil e um, pagou somente juros da dívida, nunca se pagou amortização. Com a nova lei que veio, do atual Primeiro-Ministro, António Costa, os empréstimos que eram a vinte tiveram de ser pagos em menos tempo, o que significou que as prestações tiveram de ser aumentadas e julga ser daí que vem a obrigação. Nos mandatos anteriores a este, nos dois últimos, pagou-se dois milhões por ano de amortização da dívida e é daí, no seu entendimento, que vem essa obrigação. Espera que tenha sido alterada e melhorada a lei porque o próprio António Costa, quando foi Presidente da Câmara de Lisboa, quando questionado sobre essa legislação, disse que às vezes as leis eram como os filhos, às vezes os filhos corriam mal na sua educação e portanto foi uma coisa mal feita. Disse que julga ser daí e, deixa esta ligeira informação. Voltando às questões que levanta, sobre o PSD, disse ser evidente que a bancada sabia que as contribuições dos Municípios, baixando, e muito bem, os impostos, como fez esta Câmara Municipal que apesar disso as contribuições dos valecambrenses no total, em termos de receita, iam aumentar, porque estavam-se a apanhar casas, situações omissas, havendo hoje um fisco a catar tudo e, neste caso, a trazer essas receitas para a Câmara Municipal. Foi apenas por isso e por aquilo que o Dr. José Soares acaba de dizer, acertaram. Contudo, não significa nada nem ele quer fazer nenhum tipo de considerações relativamente a isso. Mais ainda, gostou de ouvir o Sr. Presidente da Câmara, gostou de ouvir o Sr. Dr. José Soares e espera que os novos tempos, porque há sempre um ano novo, que esta terra continue a desenvolver. -----

2017.04.28

**Interveio o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida** que informou que o que estava em vigor era o que estava na documentação que foi distribuída, na página vinte do Relatório. Presume que os membros tenham lido os relatórios antes de virem para as reuniões e esclareceu que a dívida não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, uma vez e meia a média anual da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, lembrando que o executivo apresenta um quadro para não ser necessário fazer contas. Apura-se a receita de 2013, 2014, 2015, faz-se a média e multiplica por 150% e obtém-se o valor. Não lhe pareceu que houvesse alguma outra coisa que se impusesse, até que lhe parecia estranho que o Tribunal de Contas deixasse passar, mas às vezes... nunca se sabe. -----

**Interveio o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida** que esclareceu que a intenção de voto da sua bancada, não tem a ver com a apresentação das contas em si, porque confiam perfeitamente nos Serviços da Câmara Municipal, acreditando que tem bons executantes, muito competentes e como tal o seu voto não põe em causa a qualidade do serviço apresentado, mas sim a falta de investimentos para a obtenção desse resultado. -----

**O Sr. Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva,** pediu a palavra para esclarecer o Sr. Eng.º Afonso Almeida e, apelando à seriedade quando se fala nestes assuntos, perguntou se aquele sabia qual a situação financeira da Câmara, disse que aquele devia saber que haviam as contingências que podiam vir ao de cima a qualquer momento, tal como devem saber todos os membros da Assembleia. Todos sabiam que se tinham de criar condições para alojar essas contingências na eventualidade destas surgirem. Se a Câmara não tivesse essa capacidade, com a sentença agora recebida, haveriam sérios problemas com o Tribunal de Contas. Portanto, teve de ser feita

2017.04.28

uma gestão prudente, uma gestão que acautela o futuro, que permita ir fazendo obra, fazendo candidaturas, criando condições para honrar os compromissos, para chegar ao fim do ano sem dívidas a fornecedores, para pagar aos fornecedores de Vale de Cambra e pagar a todos aqueles que trabalham para o município de Vale de Cambra. Não é verdade que não se tenham feito obras pois continuam-se a fazer obras, continua-se a valorizar o património, continua-se a requalificar estradas; têm sido feitos investimentos nas redes de água e saneamento, na área social, na cultura e na educação; está neste momento a ser requalificada a escola de Macinhata e a requalificação das escolas de Areias e da Praça, adjudicadas. Acrescentou que podia continuar a discriminar as obras de requalificação, deixando ainda como exemplos a requalificação do Pavilhão Municipal e as requalificações feitas nas Piscinas Municipais. Está também a ser elaborada a candidatura para a escola da EB 2 3 das Dairas e já está em execução a obra do Mercado Municipal. Concluiu dizendo que não se parou em termos de execução de obras, sendo impossível criar condições para alojar as ditas contingências e gastar desmesuradamente. Os municípios que têm capacidade de ir a fundos comunitários também têm de ter capacidade de, por financiamento próprio, poder fazer parte à componente nacional. Tudo foi acautelado, foi tudo feito com prudência, tudo foi racionalmente executado com os pés bem assentes no chão, sem desvarios, com a redução de impostos e com o cumprimento integral dos compromissos que foram muitos e que não estavam honrados. E tudo aquilo, sendo o Sr. Eng.º Afonso testemunha disso, frisou, que foram os compromissos que foram assumidos com as freguesias ou com outras entidades, procurou-se honrar religiosamente, pois com ele sempre foi assim e sempre assim será. -----

2017.04.28

**O Sr. Presidente da Assembleia, Eng.º Rui Leite**, voltou a referir que as intervenções têm de se restringir aos pontos em discussão e, sendo este o da apreciação das Contas, não se pode gastar tempo que se poderia utilizar noutros pontos. Pediu um pouco de atenção à situação porque não lhe parece adequada ao ponto em discussão.-----

De seguida, não havendo mais intervenções, colocou o ponto à votação.-----

**A Assembleia Municipal** deliberou aprovar os Documentos de Prestação de Contas apresentados, relativos ao ano de dois mil e dezasseis, por maioria de vinte e quatro votos a favor e três abstenções (Eng.º Afonso da Silva Almeida, Eng.º João Manuel Mateus Lameiras e Dr.ª Teresa Maria Moreira Gonçalves, da bancada do PS).-----

#### **7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE**

**2016 - Deliberação da Câmara Municipal de 18.04.2017:** Presente a deliberação da Câmara Municipal de dezoito de abril, pela qual aprovou a aplicação do resultado líquido do exercício de 2016 que remeteu à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da informação técnica de 10 de abril de 2017: “Com base nas imposições do ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e alterações, o valor do Resultado Líquido do Exercício é transferido para o exercício seguinte, para a conta Resultados Transitados (conta 59). E, se o saldo da conta 59 for positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas.-----

Em conformidade com as demonstrações apresentadas em sede de prestação de contas, foi apurado um Resultado Líquido positivo no valor de 2.318.762,85 €.-----

Considerando que o valor do Património já atingiu o limite mínimo de 20% do Ativo Líquido, conforme estabelecido no ponto 2.7.3.4 do POCAL, sugere-se a seguinte distribuição de resultados:-----

2017.04.28

Reserva Legal: 115.938,14€ (cento e quinze mil novecentos e trinta e oito euros e catorze cêntimos (5% do Resultado Líquido do Exercício). -----

Resultados Transitados – 2.202.824,71€ (Dois milhões, duzentos e dois mil e oitocentos de vinte e quatro euros e setenta e um cêntimos).-----

Este procedimento deva ser deliberado em sessão de Assembleia Municipal após proposta do órgão executivo.”-----

**Não havendo intervenções o Sr. Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação.** -----

**A Assembleia Municipal** deliberou, por unanimidade dos vinte e sete membros presentes, aplicar o resultado líquido do exercício de 2016, com a seguinte distribuição, nos termos propostos pela Câmara Municipal: -----

Reservas legais: 115.938,14€ (5% do resultado líquido do exercício);-----

Resultados Transitados: 2.202.824,71€.-----

**8. REVISÃO ORÇAMENTAL - Deliberação da Câmara Municipal de 18.04.2017:**

Presente deliberação da Câmara Municipal de dezoito de abril, pela qual aprovou a proposta de revisão ao Orçamento de dois mil e dezassete que submeteu à aprovação da Assembleia Municipal, com base na informação técnica de 10 de abril de 2017, do seguinte teor: “Venho por este meio informar que após o apuramento do saldo de gerência anterior, o mesmo pode ser utilizado no Orçamento 2017, como reforço da receita orçada, no valor de €3.640.672,29 (três milhões, seiscentos e quarenta mil, seiscentos e setenta e dois euros e vinte e nove cêntimos), através do mecanismo da revisão orçamental. -----

Acresce que, após aprovação da candidatura POSEUR relativa a “Drenagem de Águas Residuais à Zona Sul das Freguesias de Rôge e Macieira de Cambra” no valor total de 2.124.296,50 euros e ainda “Abastecimento de Água à Zona Sul das Freguesias de Rôge e Macieira de Cambra e S. Pedro de Castelões” no valor total

2017.04.28

de 2.224.980,73euros, ambas as ações são abertas no Plano Plurianual de Investimentos com o devido valor da comparticipação a ser inserido na receita 2017 (1.616.262,69euros), considerando os valores a investir em 2017 de 1.124.296,50euros e 1.224.989,73euros, respetivamente.” -----

A competente revisão orçamental é consubstanciada através do documento que se anexa. Este procedimento deve ser deliberado em sessão de Assembleia Municipal após proposta do órgão executivo.”-----

**Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, este informou que a revisão assenta no saldo que transita para 2017 e que vai dar cobertura a alguns investimentos e algumas obras que também serão apoiadas por fundos comunitários e assim sendo, procurou-se reforçar as verbas no sentido de dotá-las com capacidade suficiente para, por um lado, dar resposta às candidaturas que estão a ser aprovadas e por outro lado, honrar os compromissos e não perder nenhum dinheiro que será recebido em Vale de Cambra.-----

**Não havendo intervenções o Sr. Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação.** -----

**A Assembleia Municipal** deliberou, por unanimidade dos vinte e sete membros presentes, aprovar a revisão ao Orçamento de dois mil e dezassete, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 18.04.2017.-----

**9. APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e sete membros presentes, aprovar a minuta da ata da presente sessão.-----

**- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA**

2017.04.28

**COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:** Interveio o Sr. Carlos Firmino Nadais dos Reis, residente na Rua de Santo António, da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, que, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Assembleia, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Dr. Almerindo, como representante da Junta de Freguesia e ainda ao Sr. Dr. José Soares, perguntou o porquê de nunca lhe ter sido possibilitado um acesso à sua propriedade que fica contígua ao Parque do Moradal. Disse não entender como é fácil ceder um caminho inteiro à ARSOPI, fazer uma desafetação para o Castro & Alves e agora para o Sr. Rogério Santos e para si não se conseguir, pois nunca lhe colocaram a hipótese de uma desafetação, que no seu caso seria de cerca de 60m<sup>2</sup>. Disse não ter nada contra quem conseguiu as desafetações, contudo acha que merece o mesmo tratamento.-----

De seguida perguntou quais eram os locais de estilo para afixação dos editais e se o site da Câmara Municipal era um desses locais, porque não conseguiu encontrar o edital da realização da presente sessão nesse local.-----

Referiu-se ainda a umas vitrinas que existem na freguesia, na Relva, na qual nunca se encontra informação afixada, exceto alguns cartazes de divulgação de eventos.-----

Voltando ao assunto da desafetação, acrescentou que não sabe quem é o responsável, mas sabe que a Dr.<sup>a</sup> Isabel Mariano informou a desafetação da ARSOPI e, nessa informação referiu que aquele caminho se destinava apenas a logradouro, sendo isso mentira, disse, considerando que a Assembleia foi enganada, pois não dá somente acesso àquela empresa e tem muito mais área do que a mencionada na informação, questão que não o preocupa, mas que quer

2017.04.28

os mesmos direitos. Finalizou dizendo que ficava nervoso com estas coisas, não as conseguindo perceber.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Leite**, esclareceu quanto aos editais emitidos pela Assembleia Municipal que os mesmos são afixados no átrio do Edifício Municipal, enviados às Juntas de Freguesia e para a página da *internet* do Município.-----

Acrescentou, já que aquele questionou a presidência da Assembleia e refletindo um pouco sobre esse aspeto, que houve um esforço tremendo do Presidente da Assembleia no sentido de deslocalizar as assembleias para a participação e, pode dizer que é com muita pena, mas também se calhar por aquilo que se vai vendo de como as assembleias decorrem, as pessoas também ficam cansadas de ali estar. Disse que são todos um bocadinho culpados de terem sempre as salas naquele estado, em que não se vê público a assistir. Fez esse esforço, e acusaram-no de andar a fazer essas coisas, porque não se levava para lá nada, era mau, estava a enganar as pessoas, não propriamente nesta linguagem, mas subentendia-se isso. Aproveitou a oportunidade para também manifestar a sua “tristeza da alta concorrência das assembleias municipais” e concluiu dizendo que gostava que houvesse mais pessoas como aquele senhor, à procura de onde estavam os editais para puderem participar, mas também compreende, muito honestamente, que muitas vezes, com a qualidade dos debates, as pessoas preferam ficar em casa. -----

Quanto à questão colocada pelo Sr. Carlos Firmino Nadais dos Reis, o Sr. Presidente da Assembleia disse que iria obter informação dos serviços da Câmara e enviar uma resposta técnica por escrito.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro** referiu que todas as intervenções dos munícipes merecem resposta e têm sempre resposta, no dia ou

posteriormente. Quanto às questões apresentadas, não vai poder responder por não ter presente a informação necessária, como é o caso do processo de desafetação para a ARSOPI e da publicação no site. Quanto às vitrines existentes nas freguesias, disse que são na sua maioria da competência das mesmas. -----

Quanto ao acesso à propriedade do Sr. Carlos Firmino Nadais Reis referiu que o assunto não diz respeito diretamente à Câmara Municipal, mas que de qualquer forma procurará saber e responder com rigor a essa questão que já foi muito conversada, não havendo no momento, mais informação a prestar quando ao acesso e dos 60m2 solicitados. -----

**Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite, deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão eram vinte e duas horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por si e pelos respetivos Secretários da Mesa.-----

**O Presidente** \_\_\_\_\_

**O 1º Secretário** \_\_\_\_\_

**O 2º Secretário** \_\_\_\_\_

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----